P/anexar juntamente com
O relatório Parecer
de com C

Entrou na Mesa
11/12/2023
15h10 m
...O Presidente...

PARLAMENTO NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

ANUNCIADO
O Presidente

11/12/202

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURAS

A Sua Excelência
Presidente da Comissão Finanças Publicas
Deputada Cedelizia Faria dos Santos

N/ Ref. nº: 16 VI/1ª/Com. E
Data: 11 de Desembro de 2023
Assunto: **Entrega de relatório parecer sectorial da comissão E, sobre PPL nº 4/VI/1ª – sobre Orçamento Geral do Estado para 2024**

Excelência,

A Comissão de Infraestruturas do Parlamento Nacional tem a honra de apresentar a vossa excelência o relatório parecer sectoriais sobre PPL nu 4/VI/1ª sobre Orçamento Geral do Estado para 2024

Na certeza da atenção, merecimento e aceitação de V. Exa, aceite, Senhora Presidente, os protestos da nossa mais elevada consideração e estima.

O Presidente da Comissão E

Deputado Marcos Xavier

República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURAS

PARECER SECTORIAL

PROPOSTA DE LEI Nº 4/VI (1ª)
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2024

Dezembro 2023

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO

I.1. Enquadramento orçamental e gestão financeira pública
I.2. Admissão da proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2024
I.3. Objeto e finalidade do parecer
I.4. Designação do relator
I.5. Competência das comissões especializadas permanentes
I.6. Áreas de competência da Comissão
I.7. Instituições cujos orçamentos foram analisados pela Comissão
I.8. Trabalhos da Comissão

II. ANÁLISE DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2024

II.1. Enquadramento legal
II.2. Estrutura
II.3. Visão geral da execução orçamental de 2023 e da proposta de orçamento para 2024
II.4. Apreciação sectorial
II.4.A. Ministério de Obras Públicas
II.4.B. Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico
II.4.C. Ministério dos Transportes e Comunicações
II.4.D. Agência de Tecnologia de Informação e Comunicação
II.4.E. Administração dos Portos de Timor-Leste
II.4.F. Autoridade de Aviação Civil de Timor-Leste
II.4.G. Autoridade Nacional de Comunicações
II.4.H. Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA)
II.4.I. Instituto de Gestão de Equipamentos e Apoio ao Desenvolvimento de Infraestruturas
II.4.J. Agência de Desenvolvimento Nacional
II.4.K. Bee Timor-Leste
II.4.L. Eletricidade de Timor-Leste

III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

III.I. Conclusões
III.II. Recomendações

IV. PARECER

V. APROVAÇÃO DO PARECER

I. INTRODUÇÃO

I.1. Enquadramento orçamental e da gestão financeira pública

A Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2024 é apresentada segundo as regras orçamentais aprovadas pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública, doravante designada por "LEO", que procedeu à revogação da Lei n.º 13/2009, de 21 de outubro, Sobre o Orçamento e Gestão Financeira, alterada pela Lei n.º 9/ 2011, de 17 de agosto, e Lei n.º 3/2013, de 7 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 17/2023 de 29 de Agosto que procedeu à Primeira Alteração à Lei n.º 15/2022, de 21 de dezembro, Orçamento Geral do Estado para 2023, e à Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da Gestão Financeira Pública, e Segunda Alteração à lei n.º 8/ 2008, de 30 de junho, Lei Tributária.

O referido diploma legal consagra a orçamentação por programa como meio de preparação e organização do Orçamento Geral do Estado, acrescenta elementos substanciais de planeamento a todas as fases do processo orçamental, implementa novas classificações económicas e adota, ainda, a classificação funcional baseada na classificação das funções de Governo (COFOG).

Verifica-se, assim, a concentração das despesas públicas assente em critérios qualitativos em detrimento de critérios quantitativos, abandonando a orçamentação tradicional por rubricas e aperfeiçoando, ainda, a orçamentação anual e de médio prazo dos programas, procedendo a mudanças significativas no sistema de planeamentoorçamental do Estado (de curto, médio e longo prazo).

I.2. Admissão da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2024

A Proposta de Lei nº 4/VI/ (1ª), Orçamento Geral do Estado para 2024, foi elaborada e apresentada pelo Governo, ao abrigo do estatuído na alínea c) do nº1 do artigo 97º, na alínea d) do nº 1 do artigo 115º e nº1 do artigo 145º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, iniciativa legislativa na qual se apresenta as receitas e despesas dos órgãos e serviços do Sector Público Administrativo, designadamente para a Administração Central, Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e Segurança Social, para o período compreendido entre 1 de janeiro

de 2024 e 31 de dezembro de 2024.

A iniciativa legislativa em apreço deu entrada no Parlamento Nacional no passado dia 23 de novembro de 2023, em conformidade com o disposto no n.°1 do artigo 52.° da LEO, tendo sido remetida à Divisão de Apoio aoPlenário (DIPLEN) para registo, numeração e elaboração de nota técnica, nos termos do disposto nas alíneas a) e d) do n.° 1 do artigo 31-A.° da Lei da Organização e Funcionamento d Administração Parlamentar, Lei n.°12/2017, de 24 de maio, na redação dada pela Lei n.° 3/2023, de 18 de janeiro.

Depois de admitida, baixou à Comissão de Finanças Públicas para apreciação inicial e elaboração de relatório e parecer fundamentado, bem como às restantes Comissões Especializadas Permanentes para efeitos de elaboração de parecer sectorial, de acordo com o previsto no artigo 163° do Regimento do Parlamento Nacional.

O respetivo calendário consolidado de audiências públicas, devidamente apresentado pela Comissão de Finanças Públicas, foi aprovado pela Conferência de Representantes das Bancadas Parlamentares, estabelecendo, assim, as datas para a realização e conclusão dos trabalhos preparatórios das Comissões Especializadas Permanentes no âmbito da apreciação preliminar do Orçamento Geral do Estado para 2024.

I.3. Objeto e finalidade do parecer

Através do presente parecer, a Comissão de Infraestruturas (Comissão E) pronuncia-se sobre a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2024, a Proposta de Lei N.° 4/VI (1ª), doravante designada "PPL", incidindo sobre as áreas sectoriais e domínios de intervenção do Estado que se integram na competência da Comissão E.

A finalidade deste parecer é, nos termos regimentais, instruir o "Relatório e Parecer" sobre a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2024, Proposta de Lei (PPL) n.° 4/VI (1ª), cuja elaboração compete à Comissão de Finanças Públicas (Comissão C), de acordo com o disposto no artigo 164.°, n.°s 1 e 2, do Regimento do Parlamento Nacional (RPN).

I.4. - Designação do relator

Na elaboração do presente relatório e parecer sectorial observou-se, com as necessárias adaptações, o estatuído no artigo 34º do Regimento do Parlamento Nacional, tendo sido designada como relatora, a Distinta Deputada, Irene Gonzaga Sarmento.

I.5. - Competência das comissões especializadas permanentes

Nos termos dos artigos 163º e 164º do Regimento do PN, compete às comissões especializadas permanentes a elaboração de um parecer sectorial e, para esse fim, podem convocar reuniões que julgarem necessárias, para recolha de informações, com a participação dos membros do governo, sem prejuízo do exercício das competências previstas no artigo 35º do Regimento do PN, onde se incluem as de realizar audiências públicas com titulares de órgãos da Administração Pública.

I.6. - Áreas de competência da Comissão de Infraestruturas (Comissão E)

Nos termos da Deliberação do Parlamento Nacional nº 3/2023, de 03 de julho, alterada pela Deliberação do Parlamento Nacional n.º 5/2023, de 10 de julho, conjugada com o n.º 2 do artigo 163º do Regimento do Parlamento Nacional, a Comissão de Infraestruturas considera-se competente, em razão da matéria, para elaboração do parecer sectorial na área de competência específica, designadamente nos sectores das obras públicas, água, energia, saneamento e resíduos sólidos urbanos, transportes, segurança rodoviária, ordenamento de território, urbanismo e habitação, comunicações e tecnologias de informação.

No presente parecer sectorial, apresenta-se a análise orçamental aos ministérios, bem como das empresas públicas, institutos públicos e agências autónomas por aqueles tutelados ou supervisionados, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 46/2023, de 28 de julho, Orgânica do IX Governo Constitucional, designadamente:

- Ministério das Obras Públicas (MOP)
- Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE)
- Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC)

- Instituto de Gestão de Equipamentos e Apoio ao Desenvolvimento de Infrastruturas (IGEADI, I.P.)
- Administração dos Portos de Timor-Leste (APORTIL, I.P.)
- Autoridade de Aviação Civil de Timor-Leste (AACTL, I.P.)
- Autoridade Nacional de Comunicações (ANC, I.P.)
- Agência de Tecnologia de Informação e Comunicação, I.P. (TIC TIMOR, I.P.)

I.7. Instituições cujos orçamentos foram analisados pela Comissão E

Cumprindo-se o disposto no nº 3 do artigo 164º do Regimento do Parlamento Nacional, a Comissão de Infraestruturas entendeu realizar um conjunto de audiências públicas com as seguintes entidades:

- Ministério das Obras Públicas (MOP)
- Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE)
- Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC)
- Instituto de Gestão de Equipamentos e Apoio ao Desenvolvimento de infrastruturas (IGEADI, I.P.)
- Administração dos Portos de Timor-Leste (APORTIL, I.P.)
- Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste (AACTL, I.P.)
- Autoridade Nacional de Comunicações (ANC, I.P.)
- Administração de Aeroportos e Navegação Aérea (ANATL E.P)
- Agência de Tecnologia de Informação e Comunicação, I.P. (TIC TIMOR, I.P.)
- Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno (RAEOA)
- Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN, IP)
- Bee Timor-Leste (BTL, EP)
- Eletricidade de Timor-Leste (EDTL, EP)

I.8. Trabalhos da Comissão

Para elaborar o parecer sobre a PPL a Comissão contou com o apoio de uma equipa técnica, que realizou os seguintes trabalhos:

1) Estudo da proposta de lei do orçamento para 2024 e dos documentos orçamentais que a acompanham.
2) Tabelas da execução das dotações para despesas no OGE de 2023, em valores e em percentagem, apresentadas por programa e categorias económicas das despesas.
3) Análise das dotações para despesas para o ano de 2024, por categoria económica das despesas, e o peso percentual de cada uma, acompanhada de observações, sugestões e perguntas a formular durante as audiências públicas.
4) Apresentação das dotações para despesas, por programas e classificação económica, bem como o seu peso percentual de cada categoria económica de despesa, acompanhada de sugestões de perguntas a formular durante as audiências públicas, para clarificar as dúvidas mais importantes.

A Comissão realizou audiências públicas com os departamentos do Governo e as instituições atrás mencionadas, que fazem parte da competência específica da Comissão E.

As audiências públicas tiveram lugar entre os dias 30 de novembro a 05 de dezembro de 2023, de acordo com o calendário que abaixo se apresenta.

Calendário de Audiências Públicas sobre a PPL nº 4/VI (1ª) - Orçamento Geral do Estado para 2024		
Data	**Horas**	**Entidades**
30/11/2023 Quinta-feira	9h30 - 12h30	Ministério das Obras Públicas (MOP)
	14H30 - 17H30	Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE)
01/12/2023 Sexta-feira	09h30 - 12H30	Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC)
	14h30 - 17H30	TIC TIMOR I.P, APORTIL I.P, ACCTL I.P, ANATL E.P, ANC I.P
04/12/2023 Segunda -feira	09h30- 12h30	Presidente da RAEOA e Comitiva
	14h30 - 17H30	Ministério das Obras Públicas, Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico e Ministério dos Transportes e Comunicações
05/12/2023 Terça -feira	09h30 - 12h30	Ministério das Finanças, Autoridade Tributária, Autoridade Aduaneira, Banco Central de Timor-Leste
	14h30 - 17H30	Secretaria de Estado de Eletricidade, Água, Saneamento (SEEAS), BTL E.P, EDTL E.P, IGEADI, ADN I.P

As audiências decorreram da seguinte forma:

- No dia 30 de novembro realizou-se audiência pública com Suas Excelências, o Ministro de Obras Públicas, o Vice-Ministro das Infraestruturas e equipas;
- Ainda, no mesmo dia foram ouvidos a Sua Excelência, o Ministro do Plano e Investimentos Estratégico, o Diretor-Geral de Ordenamento do Território e o Diretor-Geral da Comissão Nacional de Aprovisionamento;
- No dia 01 de dezembro foram ouvidos, o Presidente do Conselho de Administração da Autoridade de Aviação Civil de Timor-Leste (AACTL, I.P.), o Presidente do Conselho de Administração da Administração dos Portos de Timor-Leste (APORTIL, I.P.), o Diretor Executivo da Agência de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC Timor, I.P.), o Presidente da Administração de Aeroportos e Navegação Aérea(ANATL, E.P.), e o Presidente do Conselho de Administração da Autoridade Nacional de Comunicações (ANC), e respetivas equipas técnicas;
- No dia 04 de dezembro realizou-se audiência pública comum com todas as comissões,

com o Presidente da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno (RAEOA),e respetiva equipa técnica;

- Também, com a presença de todas as comissões foram ouvidos em audiência pública as Suas Excelências, o Ministro de Obras Públicas, o Ministro do Planeamento e Investimentos Estratégicos e o Ministro dos Transportes e Comunicações Infraestruturas e equipas;

No dia 05 de dezembro a Comissão E auscultou o Presidente do Conselho de Administração da Bee Timor-Leste (BTL, E.P.), o Presidente do Conselho de Administração da Eletricidade de Timor-Leste (EDTL,E.P.), a Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Gestão de Equipamentos (IGE, I.P.) e o Diretor da Agência deDesenvolvimento Nacional (ADN) e respetivas equipas.

Terminadas as audições, a Comissão realizou uma reunião de análise e discussão para a formulação de comentários, conclusões e recomendações, que teve lugar na quarta-feira, dia 06 de dezembro de 2023.

Assim, com base nos documentos apresentados e dos resultados das audiências públicas, a Comissão de Infraestruturas realizou a análise orçamental ao Ministério das Obras Públicas (MOP), ao Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC), ao Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico, ao Ministério dos Transportes e Comunicações, bem como às empresas públicas, instituições públicas e agências autónomas relevantes, por aqueles tutelados ou supervisionados, ou que estejam relacionadas com as áreas de competência específica.

II. ANÁLISE DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2024

II.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

Compete ao Parlamento Nacional, nos termos constitucionalmente consagrados, o acompanhamento e a fiscalização da atividade executiva, responsabilizando, assim, o Governo, em matéria financeira e orçamental.

A proposta de Orçamento Geral do Estado para o ano financeiro seguinte deve ser apresentada ao Parlamento Nacional sob a forma de proposta de lei, nos termos dos artigos 97, nº1, al. c), 115º, nº 1, al. d) e 145º, nº 1 da Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

Em obediência aos artigos 95, nº 3, al. d) e 145º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, tem o Governo competência exclusiva para propor a iniciativa legislativa em apreço, tendo o Parlamento Nacional a competência exclusiva para a aprovar.

No que respeita à sua configuração formal como ato ou instrumento normativo, a proposta de lei em análise, que se confere devidamente assinada pelo Primeiro-Ministro, pelo Ministro das Finanças e com menção da sua aprovação em Conselho de Ministros, apresenta-se redigida em língua portuguesa, sob a forma de artigos, define concretamente as modificações a introduzir no quadro legislativo, contém um título que traduz adequadamente o seu objeto principal, um preâmbulo e vem acompanhada de exposição de motivos, encontrando-se, assim, em conformidade com o disposto nos nºs 1 e 3 do artigo 11º da Lei 1/2002, de 29 de junho, Lei da Publicação dos Atos, bem como em obediência aos artigos 90º, n.º 1 do 91º, 92,º,n.º 2 do 96º, e alínea d) do n.º1 e n.º2 do 98º do Regimento do Parlamento Nacional.

Pelo exposto, em consideração ao vertido e no plano estritamente jurídico, salvo opinião contrária, nada se consubstancia como impedimento à apreciação e votação da Proposta do OGE 2024 em sede de Plenário, encontrando-se cumpridos, na sua generalidade, os requisitos formais de apresentação de propostas de lei nos termos estabelecidos na LEO,na Lei da Publicação dos Atos e no Regimento do Parlamento Nacional.

II.2. ESTRUTURA

No que concerne à estrutura da Proposta do OGE 2024, é aplicado o normativo consagrado na LEO.

Nos termos do disposto nos artigos 37.º, 38.º, 39.º e 40.º da LEO, a proposta de lei do Orçamento tem uma estrutura e conteúdo formal idênticos à Lei do Orçamento do Estado,devendo conter o articulado e as tabelas orçamentais que ali se encontram previstas.

Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do referido diploma legal, a proposta de lei do Orçamento Geral do Estado é acompanhada do relatório, dos desenvolvimentos orçamentais e dos elementos informativos.

II.3. VISÃO GERAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2023 E DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2024

Apresenta-se de seguida a tabela da execução orçamental de 2023 dos órgãos e instituições da área da competência da Comissão E e a diferença entre o OGE de 2023 e a proposta de OGE de 2024.

Os dados sobre a execução orçamental foram obtidos no "Portal da Transparência Orçamental de Timor-Leste", do Ministério das Finanças.
(http://www.budgettransparency.gov.tl/public/index?&lang=).

Entidades	OGE 2023		PROPOSTA PARA OGE 2024	
	Dotações	Taxas de Execução	Dotações	Variação entre 2023 e 2024
	($.)	(%)	($)	($)
Ministério das Obras Públicas (MOP)	138.422.516	83,5%	224.279.372	85.856.856
Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE)	8.129.194	61,5%	5.590.403	-2.538.791
Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC)	12.458.253	70,5%	12.147.630	- 310.623
TIC TIMOR I.P	4.765.437,37	54,1%	2.506.911	-2.256.526,37
APORTIL I.P	5.486.286	57,5%	3.833.452	-1.652.834
ANC I.P	1.288.608	75,7%	1.309.001	20.393
AACTL I.P	1.091.180	71,3%	949.300	- 141.880
BTL E.P	17.000.000	%	6.000.000	- 11.000.000
EDTL E.P	70.000.000	%	148.492.000	78.492.000
IGEADI	4.613.844	88,2%	3.969.402	- 644.442
ADN I.P	4.475.430	68,7%	4.601.066	125.636
RAEOA	53.262.112	59%	60.000.000	6.737.888

Portal de Transparência de 29 de novembro 2023

II.4. APRECIAÇÃO SECTORIAL

A apreciação sectorial compreende dois aspetos: (1) a execução orçamental de 2023, (2) a proposta orçamental para 2024.

a) Num primeiro momento procedeu-se à análise da execução do OGE de 2023 de cada uma das instituições da área de competência da Comissão E, com referência a montantes e taxas de execução para cada uma das categorias de despesa, realçando os aspetos merecedores de maior atenção. Tendo por base essa análise, foi produzido um documento pela equipa que presta apoio e assessoria técnica à comissão.

   Nesse documento faz-se também a análise da proposta orçamental para o OGE de 2024, comparando e analisando as variações das dotações orçamentais entre ano 2023 e 2024, bem como os programas e atividades propostos. Indicam-se, também, as dotações para cada programa, distribuídas por categorias económicas das despesas.

b) As audiências públicas com as instituições da área da competência da Comissão E constituíram um segundo momento do processo de apreciação. Durante as reuniões a Comissão procurou obter informações sobre:

   - A execução orçamental referente ao ano 2023, os objetivos alcançados e constrangimentos;
   - O desempenho da instituição na execução das políticas e programas do seu sector;
   - A proposta orçamental para 2024 e a adequação do financiamento face aos objetivos e resultados esperados, conforme contidos nos planos de ação.
   - O enquadramento do programa ou atividade nas atribuições da instituição.

II.4.A. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (MOP)

O orçamento do Ministério das Obras Públicas (MOP) para 2023 foi de US$ 138.422.516. A proposta do OGE para 2024 apresenta um orçamento de US$ 224.279.372 para esse ministério.

A. ANÁLISE POR CATEGORIA

- **OGE 2023** *segundo o Portal de Transparência, 29 de Novembro 2023.*

Ministério das Obras Públicas	$138,422,516.00	$7,650,613.82	$5,577,234.02	$110,059,976.83	$15,134,691.33	83.5%
CATEGORY	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salarios e Vencimentos	$11,044,121.96	$46,435.70	$24,779.20	$8,340,403.34	$2,632,503.72	75.7%
Bens e Servicos	$23,055,304.04	$4,835,429.12	$3,077,940.48	$10,114,028.14	$5,027,906.30	57.2%
Capital Minor	$2,184,090.00	$461,464.99	$608,866.00	$654,784.63	$458,974.38	57.8%
Capital Desenvolvimento	$15,088,000.00	$2,307,284.01	$1,040,410.96	$6,150,264.70	$5,590,040.33	47.6%
Transferencia Publicas	$87,051,000.00	$.00	$825,237.38	$84,846,148.75	$1,379,613.87	98.4%
Current Liabilities	$.00	$.00	$.00	-$45,652.73	$45,652.73	.0%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução total do orçamento do Ministério das Obras Públicas (MOP) é de 83,5% do orçamento total de US$ 138.422.516,00 com uma execução real de US$ 110.059.976,83, obrigações de US$ 5.577.234,02, compromissos de US$7.650.613,82 e saldo remanescente de US$ 15.134.691,33;

2. A maior taxa de execução está na categoria de Transferências Públicas com 98,4% de execução real de US$ 84.864.148,75 do orçamento anual de US$ 87.051.000,00, com obrigações de US$ 825.237,38, compromissos de US$ 0 e saldo remanescente de US$ 1.379.613,87;

3. A taxa de execução com percentagem mais baixa está na categoria de Capital de Desenvolvimento com uma taxa de execução real de 47,6% de US$ 6.150.264,70, compromissos de $2.303.284,01, obrigações de US$ 1.040.410,96 de um orçamento anual de US$15.088.000 e um saldo remanescente de US$ 5.590.040,33.

➢ **OGE 2024 segundo PPL No. 4/VI(1ª)**

2	Orsamentu Ministério das Obras Pública ba tinan 2024	$ 224.279.372,00						
	Salario e Vencimentos	$ 9.187.551,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
	Bens e Servisos	$ 21.802.827,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
	Transferencia publicas	$ 155.000.000,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	Dadus foti ho
	Capital Menor	$ 198.400,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	Nº.4/VI(1ª)
	Capital Desenvolvimento	$ 38.090.594,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	

OBSERVAÇÕES:

1. No orçamento de 2023, foi atribuída uma dotação de US$138.422.516 ao Ministério das Obras Públicas (MOP). No entanto, no orçamento de 2024, o governo alocou um valor de US$ 224.279.372, o que significa um aumento de US$ 85.856.756;

2. No orçamento de 2023, a alocação da verba para Salários e Vencimentos foi de US$ 11.044.121,96. No orçamento de 2024, a dotação para tal categoria foi de US$ 9.187.551. Portanto, o governo reduziu o orçamento desta categoria, em 2024, em US$ 1.856.570;

3. No orçamento de 2023, foi atribuída uma dotação de US$ 23.055.304,04 para a categoria Bens e Serviços. No entanto, no orçamento de 2024, alocou-se US$21.802.827 para Bens e Serviços, reduzindo, assim, o orçamento para tal categoria em US$ 1.252.477,04;

4. No orçamento de 2023, foi atribuída uma dotação de US$ 2.184.090 para a categoria de Capital Menor. No entanto, no orçamento de 2024, o governo alocou apenas US$ 189.400 para Capital Menor, reduzindo, assim, o orçamento desta categoria em US$ 1.994.690;

5. No Orçamento Geral do Estado de 2023, a alocação de verba para a categoria de Capital de Desenvolvimento foi de US $15.088.000, mas no Orçamento Geral do Estado de 2024, o governo alocou verba para tal categoria de capital de desenvolvimento em US$ 38,090,594. Portanto, o governo aumentou o orçamento para a categoria de Capital de Desenvolvimento no OEG 2024 em US$ 24.002.494.

6. No OGE 2023, há uma dotação de US$87.051.000 para a categoria de Transferências Públicas. No OGE 2024, o governo atribuiu o valor de US$155.000.000, significando um aumento no valor de US$67.949.000.

B. ANÁLISE POR PROGRAMA

1. Proposta de Orçamento do Ministério das Obras Públicas para o ano de 2024:

- Na proposta de OGE 2024, o MOP aloca orçamento no montante de US$ 224.279.372, que será distribuído pelos 6 Programas seguintes:

  1. Programa 026 – Estradas e Pontes: US$ 51.515.032
  2. Programa 028 – Desenvolvimento Rural e Urbano: US$ 2.804.340
  3. Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional: US$ 13.611.520
  4. Programa 798 – Água e Saneamento: US$ 6.588.680
  5. Programa 802 – Eletricidade: US$ 149.118,80 0
  6. Programa A25 – Laboratório de Infraestruturas: US$ 641.000

- No OGE Retificativo de 2023, MOP alocou orçamento no valor de US$ 138.422.516 que foi distribuído por 6 programas seguintes:

  1. Programa 026 – Estradas e Pontes: US$ 31.021.258
  2. Programa 028 – Desenvolvimento Rural e Urbano: US$ 2.111.246
  3. Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional: US$ 17.267.487
  4. Programa 798 – Água e Saneamento: US$ 17.747.215
  5. Programa 802 – Eletricidade: US$ 70.235.310
  6. Programa 980 – Inclusão Social: US$ 40.000

- O total proposto no OGE 2024 para o Ministério das Obras Públicas é de US$224.279.372, o que representa um aumento de US$ 85.856.856 (+ 62,02%).

2. Análise da execução orçamental do Ministério das Obras Públicas por categoria de despesa.

A **Tabela 2** apresenta a execução total (real) do Orçamento do **Ministério das Obras Públicas** (MOP) até 29 de novembro de 2023, indicando uma concretização de 83,5%, sendo que até novembro, a taxa de execução do MOP foi executada de acordo com as metas estabelecidas.

Tabela 2. Categorias de despesas por subprograma

Ministério das Obras Públicas	$138,422,516.00	$7,650,613.82	$5,577,234.02	$110,059,976.83	$15,134,691.33	83.5%
SUB-PROGRAM	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Infraestruturas de estradas pontes e controlo de cheias	$26,727,790.04	$6,438,799.98	$2,178,077.10	$12,286,370.42	$5,824,542.54	54.1%
Investir em Planeamento Atualização Manutenção e Regulamentação da Rede Rodoviária	$3,012,467.96	$84,366.14	$359,230.44	$1,623,940.91	$964,930.47	65.8%
Desenvolver e apoiar normas técnicas e testes para a contrução e engenharia civil	$202,000.00	$10,660.00	$10,297.50	$122,963.50	$58,079.00	66.0%
Controle de qualidade da construção civil e obras públicas	$578,000.00	$50,000.00	$4,709.00	$457,840.42	$65,450.58	80.0%
Estabelecer e aplicar controles de construção	$864,000.00	$208,643.16	$.00	$290,886.40	$364,470.44	33.7%
Desenvolver a Política do Planeamento Urbano	$849,719.00	$41,300.00	$299,652.67	$397,365.92	$111,400.41	82.0%
Melhorar a habitação Nacional	$367,527.00	$40,872.00	$3,184.00	$135,744.49	$187,726.51	37.8%
Funcionamento Institucional	$2,834,985.00	$96,687.44	$142,305.30	$1,823,500.39	$772,491.87	69.3%
Desenvolvimento Institucional	$14,934,302.00	$677,285.10	$1,754,540.63	$7,565,359.29	$4,937,116.98	62.4%
Gestão de Recursos Hídricos	$632,985.00	$22,000.00	$.00	$323,837.74	$287,147.26	51.2%
Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Abastecimento de Água em Áreas Rurais e Urbanas	$17,000,000.00	$.00	$825,237.38	$14,834,148.75	$1,340,613.87	92.1%
Gestão de Saneamento	$143,430.00	$.00	$.00	$66,883.00	$76,547.00	46.6%
Apoio Destinado à Pesquisa e Regulação das Atividades Elétrica	$235,310.00	$.00	$.00	$117,725.60	$117,584.40	50.0%
Energia elétrica 24 horas	$70,000,000.00	$.00	$.00	$70,000,000.00	$.00	100.0%
Proteção Solidariedade Social e Inclusão	$3,000.00	$.00	$.00	$.00	$3,000.00	.0%
Declaração de Maubisse	$37,000.00	$.00	$.00	$13,410.00	$23,590.00	36.2%

Portal de Transparência, dia 29 de novembro de 2023.

3. Da audiência pública, em relação a esta entidade, apurou-se o seguinte:

Na sequência da análise feita à Proposta do Orçamento da presente entidade, contrapondo-a com os dados referentes ao orçamento anterior (OGE 2023), juntamente com uma análise sobre as categorias abrangidas e os programas previstos, os deputados que compõem a Comissão E colocaram uma série de questões que foram esclarecidas pelos participantes na audiência.

O Senhor Ministro de Obras Públicas, mediante solicitação dos deputados, esclareceu que para o ano 2023 foi previsto um orçamento de US$ 138.422.560 (cento e trinta e oito milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, quinhentos e sessenta dólares americanos), em que até o presente momento tiveram uma execução de cerca de 79,54%, mas que se espera que até o final do mês de dezembro, terão atingido 90% de execução.

Abordou-se a questão da existência de dois laboratórios nacionais com vista a garantir a qualidade das infraestruturas: um laboratório instalado no Ministério de Obras Públicas, outro instalado no ADN. Devido a vários problemas com os resultados dos testes, foi proposto unificar ou instalar um só laboratório. Porém, para que haja controlo de qualidade nas obras, têm que estar sujeitas a inspeção e calibração regular, de modo a evitar resultados menos precisos e divergentes entre os dois laboratórios. Contudo, tenta-se ultrapassar este ponto com a contratação de especialistas para identificar os problemas, formação para o pessoal que lida com as máquinas, etc. Em resumo, o laboratório tem que ter qualidade pelo que se está a contar com apoios externos (Banco Mundial) de forma a obter resultados fiáveis.

Solicitou-se informações sobre os projetos de construção de estradas e pontes, com orçamento alocado no valor de US$ 51.515.32, considerando que o cuidado com as estradas é um assunto que deve ser tratado com urgência de forma a melhor servir as comunidades.

O Senhor Ministro refere que a questão das estradas e pontes, tanto a nível de construção de novas estradas e pontes, como a nível de reabilitação, é um assunto que deve merecer toda a atenção do Ministério, considerando que se trata de um assunto de grande importância para as comunidades e a falta de ligação entre as localidades (sucos), que é bastante séria, cria entraves ao desenvolvimento de várias localidades.

Os Deputados referiram que se existe dinheiro tem de haver obras e o Parlamento Nacional terá de fazer fiscalização sobre o andamento das mesmas, expressando, ainda, preocupação sobre a mudança climática que pode resultar em calamidades mas, entretanto, no orçamento do MOP não se vislumbra a alocação de verba para antecipação do impacto com as calamidades.

Em relação à questão dos 44 projetos em curso, com problemas de pagamento, o Ministro esclarece que o ministério teve problemas complicados com tais projetos, porém, com vista a solucionar essa questão, o assunto foi debatido em reunião do Conselho de Ministros,

inclusivamente sobre a possibilidade de incluir as suas despesas no orçamento para o ano 2024, e resolver, assim, o problema com as empresas envolvidas.

Também alertou que muitos dos pagamentos para o sector privado são feitos tardiamente devido a várias etapas de burocracia, mas já se criou uma unidade de verificação de forma a acelerar os pagamentos.

Em relação às diferenças de valores de Bens e Serviços e Salários e Vencimentos, entre o orçamento de 2023 e 2024 houve uma diminuição, pois passou-se de 2.2 milhões para 1.8 milhões, pelo facto de o governo anterior ter previsto um valor elevado para tais rubricas, mas que não se usou. Portanto, tendo em conta a capacidade de execução orçamental optou-se pela redução orçamental.

Abordou-se, ainda o dimensionamento das estradas e o fator custo vs. benefício, afirmando que algumas estradas estão a ser redimensionadas.

A nível de eletricidade, haverá um grande investimento a nível das subestações de eletricidade, de modo a dar maior sustentabilidade a nível da energia e resolver vários problemas em Díli.

Em relação à questão da água, prevê-se novas canalizações para zonas como Díli e Baucau. Paralelamente, há vários outros projetos de melhoria para captação de água e sua posterior distribuição. Foi, ainda, abordada a questão da existência de um número grande de furos feitos sem regras e onde a água extraída é contaminada, como por exemplo, em Same. Assim, nesta altura alocou-se cerca de US$ 10 milhões para estudos e desenhos completos, de forma a se ter melhores resultados hídricos.

Referiu a necessidade de se proceder à descentralização municipal e com este objetivo já há vários representantes (técnicos das obras públicas) espalhados pelos municípios a trabalhar nesse sentido.

Relativamente a estradas e pontes, alocou-se cerca de 51 milhões, pois existem várias situações de emergência a serem resolvidas.

II.4.B. MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E INVESTIMENTO ESTRATÉGICO (MPIE)

O orçamento do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE) para 2023 foi de US$ 8.129.194. A proposta do OGE para 2024 é de US$ 5.590.403.

A. ANÁLISE POR CATEGORIA

- **OGE 2023** *segundo o Portal de Transparência, 29 de Novembro 2023*

Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	$8,129,194.00	$427,974.01	$971,000.91	$4,028,870.64	$2,701,348.44	61.5%
CATEGORY	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salarios e Vencimentos	$4,702,042.22	$.00	$.00	$3,135,045.62	$1,566,996.60	66.7%
Bens e Servicos	$1,999,436.78	$30,474.00	$477,457.93	$592,896.88	$898,607.97	53.5%
Capital Minor	$1,040,811.00	$397,500.01	$409,266.00	$92,544.00	$141,500.99	48.2%
Capital Desenvolvimento	$386,904.00	$.00	$84,276.98	$239,690.52	$62,936.50	83.7%
Transferencia Publicas	$.00	$.00	$.00	$.00	$.00	.0%
Current Liabilities	$.00	$.00	$.00	-$31,306.38	$31,306.38	.0%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução total do orçamento do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE) é de 61,6% do orçamento total de US$8.129.194,00 com uma execução real de US$3.135.045,62, obrigação total de US$971.000,91, compromisso total de US$427.974,01 e saldo ou balanço de US$2.701.348,44;

2. A maior percentagem de execução orçamental encontra-se na categoria de capital de desenvolvimento, que ascende a 83,7% com uma execução real total de US$239.690,52 do orçamento anual de US$386.904, obrigação total de US$84.276,98, compromisso total de US$0 e saldo ou balanço de US$62.936,50;

3. A percentagem de execução orçamental mais baixa, encontra-se na categoria de capital menor com uma execução real de 48,2% que ascende a US$92.544, compromisso total

de US$397.500,01, obrigação total de US$409.266,00, a partir do orçamento anual de US$1.040.811,00 e saldo ou balanço de US$141.500,99.

➢ **OGE 2024 segundo o PPL No. 4/VI(1ª)**

2	**Orsamentu MPIE ba tinan 2024**	**$ 5.590.403,00**						
	Salario e Vencimentos	$ 3.514.954,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	Dadus foti hosi PPL Nº.4/VI
	Bens e Servisos	$ 1.847.949,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
	Transferencia públicas	$ -	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
	Capital Menor	$ 143.500,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
	Capital Desenvolvimento	$ 84.000,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	

OBSERVAÇÕES:

1. No OGE 2023 a dotação de verbas para a execução orçamental total do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE) ascendeu a US$ 8.129.194, enquato que no orçamento de 2024, o governo alocou um total de US$ 5.590.403. Assim, houve uma redução de US$ 2.538.791, relativamente ao OGE 2023.
2. No orçamento de 2023, a alocação de verba para a categoria de salários e vencimentos foi num total de US$ 4.704.024, enquanto que no orçamento de 2024, alocou-se uma verba total de US$ 4.514.954. Ou seja, reduziu-se a verba de salários e vencimentos no orçamento de 2024, em US$ 189.070.
3. No orçamento de 2023, a dotação de verbas para Bens e Serviços foi de US$ 1.999.436,78. Mas no orçamento de 2024, o governo destinou apenas US$ 1.847.949, para Bens e Serviços. Assim, o governo reduziu o orçamento para Bens e Serviços no orçamento de 2024 em US$ 151.487,78;
4. No orçamento de 2023, alocou-se US$ 1.040.811para Capital Menor, enquanto que no orçamento de 2024, o governo destinou apenas US$ 143.500,00 para Capital Menor. Reduziu-se, assim, o orçamento para Capital Menor no orçamento de 2024 em US$ 897.311;
5. No orçamento de 2023, a dotação de verbas para o Capital de Desenvolvimento foi de US$ 386.904, enquanto que no orçamento de 2024, apenas destinou a verba de

US$ 84.000 para Capital de Desenvolvimento. Assim, o governo reduziu o orçamento para Capital de Desenvolvimento no orçamento de 2024, em US$ 302.904,00;

6. Em 2023 e 2024, o Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE) não alocou verbas para a categoria Transferências Públicas.

B. ANÁLISE POR PROGRAMA

1. Proposta de Orçamento do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico para o ano de 2024:

- Na proposta de OGE 2024, o Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico aloca orçamento no montante de US$ 5.590.403, que será distribuído pelos 4 programas seguintes:

    1. Programa 023 – Gestão das Finanças Públicas: US$ 162.000
    2. Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional: US$ 2.840.817
    3. Programa 984 – Planeamento Territorial: US$ 1.593.982
    4. Programa A28 – Planeamento Estratégico e Investimento: US$ 993.604

- No OGE Retificativo de 2023, o MPIE alocou orçamento no valor de US$ 8.129.194 que foi distribuído por 5 programas seguintes:

    1. Programa 023 – Gestão das Finanças Públicas: US$ 583.500
    2. Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional : US$ 4.576.057
    3. Programa 979 – Educação e Formação: US$ 80.000
    4. Programa 980 – Inclusão Social: US$ 123.412
    5. Programa 984 – Ordenamento do Território: US$ 2.358.218

- O total proposto no OGE 2024 para o Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico é de US$ 5.590.403, portanto o orçamento proposto para o ano de 2024 será reduzido em US$ 2.538.791 (-31,23%).

1. Análise da execução orçamental do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico por Categoria de Despesa.

A **Tabela 2** apresenta a execução total (real) do orçamento do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico até 29 de Novembro de 2023, que atingiu 61,5% de execução, podendo ser considerado um nível razoável de execução orçamental por parte do MPIE.

***Tabela 2** - categoria de despesas por subprogramas*

Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	$8,129,194.00	$427,974.01	$971,000.91	$4,026,870.64	$2,701,348.44	61.5%
SUB-PROGRAM	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Execução orçamental e prestação de contas	$583,500.00	$427,974.00	$6,055.00	$118,803.57	$30,667.43	21.4%
Funcionamento Institucional	$189,113.00	$.00	$44,200.22	$44,513.49	$100,399.29	46.9%
Desenvolvimento Institucional	$2,624,517.00	$.00	$334,430.40	$1,591,667.31	$698,419.29	73.4%
Coordenação de estratégias de desenvolvimento integrado a médio e longo prazo	$1,001,454.00	$.00	$79,336.81	$480,095.77	$442,021.42	55.9%
Coordenar e avaliar as atividades dos órgãos e serviços do Ministério	$1,141,564.00	$.00	$36,638.25	$656,315.35	$448,610.40	60.7%
Coordenar a execução de infraestruturas de cariz estratégico	$29,216.00	$.00	$.00	$.00	$29,216.00	.0%
Gestão do Secretariado Técnico do FDCH	$80,000.00	$.00	$.00	$38,285.66	$41,714.34	47.8%
Declaração de Maubisse	$121,612.00	$.00	$39,692.62	$42,761.89	$39,157.49	67.8%
Desenvolver a política de Ordenamento Território	$343,841.00	$.00	$60,112.23	$177,359.41	$106,369.36	69.1%
Desenvolvimento e coordenação da execução dos instrumentos de planeamento urbano	$658,695.00	$.01	$144,804.49	$364,347.05	$149,543.45	77.3%
Assegurar planear e propor a política nacional de ordenamento do território e desenvolvimento do território	$822,678.00	$.00	$152,091.83	$324,273.25	$346,312.92	57.9%
Promover e difundir a informação Geográfica e Cartográfica	$533,004.00	$.00	$73,639.06	$190,447.89	$268,917.05	49.5%

Portal de Transparência, dia 29 de Novembro 2023.

2 . Da audiência pública, em relação a esta entidade, apurou-se o seguinte:

Na sequência da análise feita à Proposta do Orçamento da presente entidade, contrapondo-a com os dados referentes ao orçamento anterior (OGE 2023), juntamente com uma análise sobre as categorias abrangidas e os programas previstos, os deputados que compões a Comissão E colocaram uma série de questões que foram esclarecidas pelos participantes na audiência.

O Ministro do MPIE apresentou um relatório sobre o andamento da execução do orçamento de 2023, dos programas prioritários e do orçamento de 2024 aos membros da Comissão E. Fez um resumo sobre a execução do orçamento em três partes: o relatório de execução do orçamento do MPIE, a execução do orçamento do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH), e a execução do Plano de Infraestruturas Orçamento do Fundo (FE). O orçamento do MPIE para o ano de 2023 ascende a US$ 8.129.194,00.
Refalçou-se a questão da construção desorganizada de casas na capital Díli e nos municípios, a construção ilegal (sem licenças), e a necessidade de coordenação com o Ministério das Obras Públicas para a resolução dessa questão. Sublinhou a importância das licenças de construção, pelo que o governo precisa de um quadro legal ou código de construção para organizar a construção privada e pública no país.
Prestou esclarecimentos sobre o processo de implementação da política de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH), o plano de concessão de bolsas para o ano 2024.

O Diretor Geral do Ordenamento Territorial Nacional afirma que o governo necessita de um plano territorial nacional e de um plano territorial municipal, havendo necessidade de se criar um quadro jurídico para regular estas questões.

Em relação ao plano territorial municipal, o Director Geral afirma que o governo já concluiu o plano para o município de Ermera, e irá depois avançar com os municípios de Baucau e Viqueque.

O Diretor de Aprovisionamento observa que o processo de concurso pode demorar dependendo da complexidade do projeto. Uma licitação com classificação internacional leva de 5 a 6 meses para ser concluída devido à verificação rigorosa da legalidade da empresa internacional e outras questões relacionadas.

O Secretário Executivo do FDCH afirmou que o plano do governo é disponibilizar 1.129 bolsas, tendo sido já concedidas um total de 158 mil bolsas. Para aqueles que já terminaram os estudos, o governo está a facilitar-lhes através de um "programa provisório" para trabalhar em agências públicas e privadas em Timor-Leste. Dos que concluíram os estudos, apenas 2% trabalham em agências privadas em Timor-Leste.

II.4.C. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (MTC)

O orçamento do Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) para 2023 foi de US$ 12.458.253. A proposta do OGE para 2024 é de US$ 12.147.630.

A. ANÁLISE POR CATEGORIA

➢ **OGE 2023** segundo o *Portal Transparência, dia 29 de Novembro 2023.*

Ministério dos Transportes e Comunicações	$12,458,253.00	$1,205,432.72	$1,950,232.17	$6,836,770.20	$2,465,817.91	70.5%
CATEGORY	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salarios e Vencimentos	$4,616,353.00	$9,655.60	$1,776.00	$2,742,443.57	$1,862,477.83	59.4%
Bens e Servicos	$5,133,666.36	$482,796.12	$1,670,426.03	$2,473,207.03	$507,237.18	80.7%
Capital Minor	$763,558.64	$407,981.00	$278,030.14	$.00	$77,547.50	36.4%
Capital Desenvolvimento	$305,675.00	$305,000.00	$.00	$.00	$675.00	.0%
Transferencia Publicas	$1,639,000.00	$.00	$.00	$1,637,000.00	$2,000.00	99.9%
Current Liabilities	$.00	$.00	$.00	-$15,880.40	$15,880.40	.0%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução total do orçamento do Ministério dos Transportes e Comunicações (CTM) é de 70,5% do orçamento total de US$ 12.458.253,00, com uma execução real de US$ 6.836.770,20, obrigação total de US$ 1.950.232,17, compromisso total de US$ 1.205.432,72, e saldo remanescente de US$ 2.465.817,91;

2. A execução com maior percentagem situa-se na categoria de Transferências Públicas, que é de 99,9% com uma execução real de US$ 1.637.000, de um orçamento anual de US$ 1.639.000, sem obrigações ou compromissos e com um saldo ou equilíbrio remanescente de US$ 2.000;

3. A execução com menor percentagem enquadra-se na categoria de Desenvolvimento de Capital, com uma execução real de 0,0% e um compromisso total de $305.000,00, sem

obrigações e um orçamento ou total anual de US$ 305.675, e um saldo remanescente de US$ 674.

- **OGE 2024 segundo o PPL No. 4/VI(1ª)**

Orsamentu Ministério Transport	$ 12.147.630,00						
Salario e Vencimentos	$ 3.150.647,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	Dadus foti hosi PPL Nº.4/V
Bens e Servisos	$ 5.428.108,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Transferencia públicas	$ 1.749.500,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Capital Menor	$ 134.150,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Capital Desenvolvimento	$ 1.685.630,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	

OBSERVAÇÕES:

1. No OGE 2023, o MTC alocou um orçamento no valor de US$ 12.458.253. No entanto, no OGE 2024, o governo alocou apenas o valor de US$ 12.147.647 para a instituição, sofrendo, assim, uma redução de US$ 3.310.606.
2. No OGE 2023, houve uma alocação de US$ 4.616.353 para a categoria de Salários e Vencimentos. No entanto, no OGE 2024, o governo alocou apenas US$ 3.150.647,00, traduzindo-se numa redução de US$ 1.465.706 para a mesma categoria.
3. No OGE 2023, houve uma alocação de US$ 5.133.666,36 para Bens e Serviços, no entanto, no OGE 2024, o governo alocou US$ 5.428.108 equivalendo a um aumento de US$ 294.441,64.
4. No OGE 2023, alocou-se para a categoria Transferências Públicas o valor de US$ 1.693.000. No entanto, no OGE 2024, foi alocado o valor de US$ 1.749.500 para essa categoria, o que significa um aumento de 56.500.
5. No OGE 2023, houve uma dotação de US$ 763.558,64 para Capital Menor. No OGE 2024 alocou-se apenas US$ 134.150, traduzindo-se numa redução de US$ 629.408,64 para Capital Menor.
6. No OGE 2023, houve uma dotação de US$ 305.675 para a categoria Capital de Desenvolvimento, porém, no OGE 2024, alocou-se US$ 1.685.630 para o Capital de Desenvolvimento, traduzindo-se num aumento de US$ 1.379.955.

B. ANÁLISE POR PROGRAMA

1. Proposta Orçamento do Ministério dos Transportes e Comunicações para o ano 2024:

- No OGE proposto para 2024, o MTC alocou o valor de US$ 12.147.630, divididos nos 6 programas seguintes:

1. Programa 502 – Transportes: US$ 3,341,227
2. Programa 510 – Funcionamento E Desenvolvimento Institucional: US$ 4,952,107
3. Programa 558 – Serviços Postais: US$ 416,991
4. Programa 980 – Inclusão Social: US$ 33,180
5. Programa A08 – Tecnologia De Informação E Comunicação: US$ 2,810,634
6. Programa A38 – Meteorologia E Geofisica: US$ 593,491

- No OGE Retificativo de 2023, o MTC alocou o valor de US$ 12.458.253, divididos em 5 programas seguintes:

1. Programa 502 – Transporte: US$ 2,961,314
2. Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional: US$ 5,818,318
3. Programa 874 – Portos: US$ 448,776
4. Programa 980 – Inclusão Social: US$ 40,280
5. Programa A08 – Tecnologia De Informação e Comunicação: US$ 3,189,565

- O total da Proposta do OGE para 2024 para o Ministério dos Transportes e Comunicações foi de US$ 12.147.630, tendo sido reduzido em US$ 310.623 (- 2,5%).

1. **Análise da execução orçamental do Ministério dos Transportes e Comunicações: por Categoria de Despesas**

A **Tabela 2** mostra o total de execução (real) do orçamento do Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) até 29 de Novembro de 2023 (70,1%). Este valor mostra que a execução do orçamento do MTC de 2023 foi razoável, mas prevê-se que até ao final de Dezembro a execução do orçamento alcançará cerca de 85%.

Tabela 2. *Categoria de Despesas por Subprogramas*

Ministério dos Transportes e Comunicações	$12,458,253.00	$1,165,746.72	$1,901,442.67	$6,836,770.20	$2,554,293.41	70.1%
DIRECTORATE	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Gabinete do Ministério dos Transportes e Comunicações	$1,462,083.00	$55,463.25	$31,078.03	$951,714.67	$423,827.05	67.2%
Direção Geral dos Transportes e Comunicações	$7,413,755.00	$845,668.55	$1,823,107.79	$3,685,270.79	$1,059,707.87	74.3%
Direção Geral da Administração e Finanças	$3,582,415.00	$264,614.92	$47,256.85	$2,199,784.74	$1,070,758.49	62.7%

Portal de Transparência, dia 29 de Novembro 2023.

II.4.D. AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, IP

O orçamento da Agência de Tecnologia de Informação e Comunicação, TIC, IP, para 2023 foi de US$ 4.765.437,37. A proposta do OGE para 2024 é de US$ 2.506.911.

A. ANÁLISE POR CATEGORIA

- **OGE 2023** segundo o *Portal de Transparência, dia 29 de Novembro 2023*

Tecnologias de Informação e Comunicação I P	$4,765,437.37	$1,114,850.20	$170,891.87	$2,408,921.55	$1,070,773.75	54.1%
TIC Timor I P	$4,765,437.37	$1,114,850.20	$170,891.87	$2,408,921.55	$1,070,773.75	54.1%
CATEGORY	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salarios e Vencimentos	$2,562,303.00	$.00	$2,800.00	$2,026,629.96	$532,873.04	79.2%
Bens e Servicos	$1,086,268.00	$137,500.00	$165,346.87	$393,051.14	$390,369.99	51.4%
Capital Minor	$1,111,866.37	$977,350.20	$2,745.00	$140.00	$131,631.17	.2%
Transferencia Publicas	$5,000.00	$.00	$.00	$100.00	$4,900.00	2.0%
Current Liabilities	$.00	$.00	$.00	-$10,999.55	$10,999.55	.0%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução orçamental total da Agência de Tecnologias de Informação e Comunicação, Tic TIMOR, IP, é de 54,1% do orçamento total de $4.765.437, com uma execução efetiva total de $2.408.921,55, obrigação total de $170.891,87, compromisso total de $1.114.850,37 e um saldo remanescente de $1.070.773,75;
2. A percentagem de execução é superior na categoria de Salários e Vencimentos em 79,2%, com uma execução real de $2.026.629,96 do orçamento anual de $2.562.303,00, com uma obrigação de $2.800,00, sem compromissos, e um saldo remanescente de $532.873,04;
3. A percentagem de execução é inferior na categoria de Transferências Públicas com uma execução total de 2,0% e uma execução real de $100,00 do orçamento anual de $5.000,00, sem compromissos ou obrigações, e um saldo remanescente de $4.900,00.

➢ OGE 2024 segundo o PPL No. 4/VI(1ª)

Orsamentu TIC ba tinan 2024	**$ 2.508.911,00**						
Salario e Vencimentos	$ 1.679.200,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	Dadus foti hosi PPL Nº.4/VI(1ª)
Bens e Servisos	$ 729.711,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Transferencia publicas	$ -	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Capital Menor	$ 100.000,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Capital Desenvolvimento	$ -	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	

OBSERVAÇÕES:

1. No OGE de 2023, a alocação orçamental para a TIC foi de US$ 4.765.437,37. No entanto, no OGE 2024, alocou-se apenas US$ 2.508.911, traduzindo-se numa redução orçamental no valor de US$ 2.256.526,37.

2. No OGE de 2023, a alocação orçamental para a categoria de Salários e Vencimentos foi de US$ 2.562.303, porém, no OGE de 2024, o governo alocou apenas US$ 1.679.200, havendo uma redução orçamental no valor de US$ 883.103.

3. No OGE de 2023, a alocação orçamental para a categoria de Bens e Serviços foi de US$ 1.086.268, mas para o OGE de 2024, foi alocado o valor de US$ 729.711, traduzindo-se numa redução orçamental no valor de US$ 356.557.

4. No OGE 2023, a verba alocada para a categoria de Transferências Públicas foi de US$ 5.000,00. No entanto, no OGE 2024, o governo não alocou nenhuma verba para a Transferência Pública.

5. No OGE de 2023, a alocação orçamental para a categoria de Capital do Menor foi de US$ 1.111.866 e para o OGE de 2024, alocou-se US$ 100.000.00, significando uma redução de $1.011.866.

6. No OGE 2023, não está disponibilizado nenhum valor orçamental para a categoria de Capital de Desenvolvimento. No OGE de 2024, o governo também não alocou nenhuma verba para a categoria de Capital de Desenvolvimento.

B. ANÁLISE POR PROGRAMA

1. Proposta Orçamental da Agência de Tecnologia de Informação e Comunicação, para o ano 2024:

- Na proposta de OGE 2024, foi alocado a TIC Timor um orçamento no valor de US$ 2.508.911, distribuido pelos 2 programas seguintes:

    1. Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento institucional: US$ 1.904.586

2. Programa A08 – Tecnologia de Informação e Comunicação: US$ 604.325.

- No OGE Retificativo de 2023, a TIC Timor foi alocada uma verba orçamental de US$ 4.765.437, distribuido pelos 2 programas seguintes:

  1. Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional: US$ 818.220
  2. Programa A08 – Tecnologia da Informação e Comunicação: US$ 3.947.217.

- No OGE 2024, o valor total alocado para a TIC Timor foi de US$ 2.508.911, havendo uma redução de US$ 2.256.526,37 em relação ao OGE 2023 (47,35%).

2. Análise da execução orçamental da TIC TIMOR, IP, por Categoria de Despesas

A **Tabela 2** apresenta a execução total (real) do orçamento para a TIC TIMOR até 30 de Novembro de 2023, com um valor de 54,1%. Este valor demonstra que a execução para 2023 apenas atingiu um pouco mais da metade da dotação orçamental. Porém, de acordo com o relatório de desempenho, de novembro, ainda prevê-se que até o final do ano, alcançarão 85% da execução orçamental para o ano em curso.

Tabela 2. *Categorias de Despesas*

Tecnologias de Informação e Comunicação I P	$4,765,437.37	$1,114,850.20	$170,891.87	$2,408,921.55	$1,070,773.75	54.1%
SUB-PROGRAM	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Desenvolvimento Institucional	$1,302,219.00	$75,500.00	$95,795.03	$648,023.02	$482,900.95	57.1%
Identidade Digital	$572,701.00	$.00	$69,935.84	$358,919.76	$143,845.40	74.9%
Ciclo do Desenvolvimento de Sistemas e Aplicações	$1,008,513.00	$172,570.15	$.00	$540,278.48	$295,664.37	53.6%
Apoio à Iniciativa da TIC Nacional	$268,000.00	$.00	$2,335.00	$211,260.00	$54,405.00	79.7%
Infraestrutura da Rede do Governo	$1,614,004.37	$866,780.05	$2,826.00	$650,440.29	$93,958.03	40.5%

Portal de Transparência, dia 30 de Novembro 2023

3. Da audiência pública, em relação a esta entidade, apurou-se o seguinte

Na sequência da análise feita à Proposta do Orçamento da presente entidade, contrapondo-a com os dados referentes ao orçamento anterior (OGE 2023), juntamente com uma análise sobre as categorias abrangidas e os programas previstos, os deputados que compões a Comissão E colocaram uma série de questões que foram esclarecidas pelos participantes na audiência.

O representante da Agência de Tecnologias de Informação e Comunicação, I.P. fez um resumo dos vários orçamentos anteriores, desde 2019 até ao presente, referindo que no ano de 2023 o montante do orçamento foi de US$ 4.765.437,37 e nesta altura a taxa de execução orçamental é de 54,1%.

Para o ano 2024 encontra-se previsto um orçamento que, comparativamente ao ano 2023, foi reduzido para o valor de US$ 2.508.911, encontrando-se distribuído por 2 programas: o Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e a Tecnologia de Informação e Comunicação.

Explicou detalhadamente no que consiste os referidos programas, os detalhes sobre o funcionamento e desenvolvimento institucional, a questão da segurança (e cibersegurança), os valores alocados para cada categoria e os vários subprogramas.

Prevê-se a adoção de fortes medidas em relação a cibersegurança, a criação de um novo Data Center para ajudar no desenvolvimento da informatização do país e ainda o recrutamento de mais técnicos especialistas em áreas específicas de informática, e ainda, na criação do balcão único para auxiliar o estado na governação eletrónica, faltando solucionar a questão da lei de proteção de dados.

Prestou esclarecimentos sobre a diferença na categoria Salários e Vencimentos em relação ao ano 2023, bem como a diferença na categoria Capital Menor em relação ao ano 2023 e a presente proposta de orçamento, informando que devido à diminuição do teto orçamental, começaram a reduzir os salários dos técnicos.

Porém, como forma de colmatar as necessidades que ainda persistem, pretende recorrer ao apoio/parceria internacional para obter assessoria técnica especializada.

No que se refere aos valores previstos para a categoria de Capital Menor, os mesmos se destinam à aquisição de bens como portáteis que irão apoiar os serviços nos municípios e para formação de técnicos.

A instituição apesar de não produzir dinheiro, através de receitas proporciona grandes poupanças a diversos serviços do Estado. No ano 2023 poupou ao Estado cerca de US$ 79.481.790, através dos sistemas instalados nos diferentes serviços do Estado.

II.4. E. ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE TIMOR LESTE (APORTIL)

O orçamento da APORTIL, IP para 2023 foi de US$ 5,486,286. A proposta do OGE para 2024 é de US$ 3,833,452.

A. ANÁLISE POR CATEGORIA

➢ **OGE 2023** segundo o *Portal de Transparência, dia 29 de Novembro 2023*

Administração dos Portos de Timor Leste	$5,486,286.00	$56,972.62	$978,247.48	$2,174,866.39	$2,276,199.51	57.5%
CATEGORY	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salarios e Vencimentos	$2,242,126.00	$46,686.00	$223.00	$1,187,865.97	$1,007,351.03	53.0%
Bens e Servicos	$3,225,651.00	$10,286.62	$978,024.48	$988,787.84	$1,248,552.06	61.0%
Capital Minor	$18,509.00	$.00	$.00	$.00	$18,509.00	.0%
Current Liabilities	$.00	$.00	$.00	-$1,787.42	$1,787.42	.0%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução total do orçamento da APORTIL é de 57,5% do orçamento total de US$ 5.486.286, sendo a sua execução efetiva de US$ 2.174.866,39, o total das obrigações de US$ 978.247,48, o total dos compromissos de US$ 56.972,62 e o saldo remanescente de US$ 2.276.771.993,51;
2. A percentagem de execução é superior na categoria de bens e serviços, de 61,0%, sendo a execução efetiva de US$ 988.787,84 de um orçamento anual de US$ 3.225.651, sendo o total de obrigações de US$ 987.024,48, o total de compromissos de US$ 10.286,62 e o saldo remanescente de US$ 1.248.552,06;
3. A percentagem de execução é inferior na categoria de capital menor, com uma taxa de execução de 0,0% com uma execução efetiva de US$0 de um orçamento anual de US$ 18.509,00, sem compromissos ou obrigações, sendo o saldo ou equilíbrio remanescente de US$ 18.509,00.

➢ **OGE 2024 segundo o PPL No. 4/VI(1ª)**

Orsamentu APORTIL ba tinan 2024	$ 3.833.452,00						
Salario e Vencimentos	$ 1.433.030,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	Dadus foti hosi PPL Nº
Bens e Servisos	$ 2.400.421,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Transferencia públicas	$ -	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Capital Menor	$ -	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Capital Desenvolvimento	$ -	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	

OBSERVAÇÕES:

1. No OGE 2023, a verba alocada para a APORTIL é de US$ 5.486.286. Mas no OGE 2024, a alocação orçamental é de apenas US$ 3.833.452, traduzindo numa redução orçamental de US$1.652.834,00.
2. No OGE 2023, a alocação de dinheiro para a categoria de Salários e Vencimentos é de US$ 2.242.126. Mas no OGE 2024, o governo alocou apenas US$ 1.433.030,00, o que traduz numa redução do orçamento no montante de US$ 809.096,00.
3. No OGE 2023, a alocação de dinheiro para Bens e Serviços é de US$ 3.225.651. No OGE 2024 foi alocado o valor orçamental de US$ 2.400.421 equivalendo a uma redução da verba orçamental no valor de US$ 825.230.
4. Em 2023, a APORTIL não alocou qualquer verba para a categoria de Transferências Públicas, e para OGE de 2024, também não alocou nenhuma verba orçamentaçal para a mesma categoria.
5. No OGE 2023, a alocação do valor orçamental para Capital Menor é de $18.509,00. Mas no OGE 2024, a APORTIL não solicitou nenhuma verba para Capital Menor.
6. Em 2023, a APORTIL não alocou qualquer verba para a categoria de Capital de Desenvolvimento, e para OGE de 2024, também não alocou nenhuma verba orçamentaçal para a mesma categoria.

B. ANÁLISE POR PROGRAMA

1. Proposta de Orçamento da Administração dos Portos de Timor-Leste (APORTIL), para o ano 2024:

- Na proposta de OGE 2024, o valor alocado a APORTIL foi de US$ 3.833.451, dividido pelos 2 programas seguintes:

  1. Programa 502 – Transportes : US$ 2.866.876
  2. Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional : US$ 966.575.

- No OGE Retificativo de 2023, a APORTIL alocou um orçamento no montante de US$ 5.486.286, dividido pelos 2 programas seguintes:

  1. Programa 502 – Transporte : US$ 3.673.321
  2. Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional : US$ 1.812.965.

- Na proposta de OGE 2024, o valor total alocado para a Administração dos Portos de Timor-Leste (APORTIL) foi de US$ *3.833.451,* havendo uma redução de US$ 2,619,410 em relação ao OGE 2023 (- 47,74%).

2. Análise da execução do orçamento da Administração dos Portos de Timor-Leste (APORTIL), por Categoria de Despesas

A **Tabela 2** apresenta a execução total (real) do Orçamento da Administração dos Portos de Timor-Leste (APORTIL) até 29 de novembro de 2023, que é de 57,5%. Este valor mostra que a execução da APORTIL em 2023 não atingiu o máximo. Porém, de acordo com o relatório de desempenho, de Novembro, ainda prevê-se que até o final do ano, alcançarão 80% da execução orçamental para o ano em curso.

Tabela 2. *Categoria de Despesas*

Administração dos Portos de Timor Leste	$5,486,286.00	$56,794.85	$978,247.48	$2,174,866.39	$2,276,377.28	57.5%
DIRECTORATE	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Autoridade dos Portos de Timor Leste	$1,951,944.00	$4,108.85	$137,695.14	$684,546.79	$1,125,593.22	42.1%
Operações do Berlin Nakroma	$3,534,342.00	$52,686.00	$840,552.34	$1,490,319.60	$1,150,784.06	65.9%

Portal de Transparência, dia 29 de Novembro 2023

3. Da audiência pública, em relação a esta entidade, apurou-se o seguinte:

Na sequência da análise feita à Proposta do Orçamento da presente entidade, contrapondo-a com os dados referentes ao orçamento anterior (OGE 2023), juntamente com uma análise sobre as categorias abrangidas e os programas previstos, os deputados que compões a Comissão E colocaram uma série de questões que foram esclarecidas pelos participantes na audiência.

Do orçamento inicial de US$ 5.486.286, o Presidente da APORTIL-IP referiu que até o presente momento tem uma execução orçamental de apenas 57,5%, devido a enormes dificuldades com que se tem deparado. Que parte do valor do orçamento para o ano 2023 foi alocado para a categoria salários e vencimentos, porém, elencou vários obstáculos, entre eles a falta de profissionais adequados e alguma mudança legislativa introduzida, que dificultou a implementação de tudo que estava previsto.

Para o orçamento para o ano 2024, haverá uma redução comparativamente ao ano 2023, estando previsto um valor de US$ 3.833.452, sendo distribuídos para as categorias Salário e Vencimentos e Bens e Serviços.

Apontou como algumas prioridades para 2024, o Porto de Díli (projeto de desenvolvimento), atividades de gestão dos portos regionais, estudos para identificação dos portos e estudo de viabilidade para portos de caravelas.

O Presidente da APORTIL esclareceu, ainda sobre os muitos obstáculos com que se deparam para a implementação dos seus programas, desde a falta de capacidade, conhecimento e motivação dos funcionários, á situação dos contratados.

Que uma das formas que pretendiam resolver esta questão era através da alteração do seu estatuto, tendo inclusivamente previsto orçamento para isso, porém, não conseguiram fazer tais alterações.

Deparam com problemas de certificação, problemas com gastos com combustível, o que tem um peso enorme no orçamento da APORTIL (têm um grande gasto de combustível com o barco Nakroma, mas as receitas são poucas), e ainda, a necessidade de atualização dos instrumentos legais.

O Presidente da Comissão também questionou sobre os estudos da JICA para a edificação do terminal de passageiros que até esta ainda não se vê nenhum desenvolvimento.

II.4.F. AUTORIDADE DA AVIAÇÃO CIVIL DE TIMOR-LESTE (AACTL)

O orçamento da AACTL para 2023 foi de US$ 1.091.180. A proposta do orçamento para 2024 para esta entidade é US$ 949.300.

A. ANÁLISE POR CATEGORIA

- **OGE 2023** segundo o *Portal de Transparência, dia 29 de Novembro 2023*

Autoridade Aviação Civil de Timor Leste	$1,091,180.00	$15,044.50	$57,980.70	$720,440.48	$297,714.32	71.3%
CATEGORY	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salarios e Vencimentos	$785,938.00	$.00	$.00	$610,800.60	$175,137.40	77.7%
Bens e Servicos	$174,300.00	$15,044.50	$7,980.70	$105,375.08	$45,899.72	65.0%
Capital Minor	$20,942.00	$.00	$.00	$6,170.00	$14,772.00	29.5%
Transferencia Publicas	$110,000.00	$.00	$50,000.00	$.00	$60,000.00	45.4%
Current Liabilities	$.00	$.00	$.00	-$1,905.20	$1,905.20	.0%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução total do orçamento da AACTL é de 71,3% do orçamento total de $1.091.180, com uma execução real de US$ 720.440,48, obrigação total de US$ 57.980,70, compromissos totais de US$ 15.044,50 e um saldo de US$ 297.714,32;
2. A execução com uma percentagem elevada é na categoria de salários e vencimentos com uma execução total de 77,7% ou US$ 610.800,60 de um orçamento anual de US$ 786.938, sem obrigações ou compromissos, e um saldo ou excedente de US$ 175.137,40;
3. A execução com percentual baixo é na categoria de capital menor, com execução total de 29,5% ou US$ 6.150, de um orçamento anual de US$ 20.942,00, sem obrigações e compromissos, e saldo de US$ 14.772.

- **OGE 2024 segundo o PPL No. 4/VI(1ª)**

Orsamentu ACCTL ba tinan 2024	$ 949.300,00						
Salario e Vencimentos	$ 700.720,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	Dadus foti hosi PPL Nº.4/VI(1ª)
Bens e Servisos	$ 203.580,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Transferencia públicas	$ 45.000,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Capital Menor	$ -	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Capital Desenvolvimento	$ -	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	

OBSERVAÇÕES:

1. No OGE 2023, a dotação orçamental total para a AACTL foi de $1.091.180,00. Mas no OGE 2024, a dotação orçamental para a AACTL é de $949.300. Portanto, o governo reduziu o orçamento para AACTL em $141.882,00;
2. No OGE 2023, a alocação da verba para a categoria de Salários e Vencimentos é de US$785.938, mas no OGE 2024, o governo alocou um total de US$ 700.720, o que implicou uma redução de US$ 85.218 nesta categoria;

3. No OGE 2023, foi alocado o montante de US$ 174.300 para Bens e Serviços. Para a OGE 2024, o valor alocado é de US$ 203.580, o que traduz um aumento de US$ 29.280;
4. No OGE 2023, a ACCTL alocou o montante de US$ 110.000 para Transferências Públicas. No OGE 2024 alocou-se US$ 45.000 para esta categoria, apresentando, assim, uma redução de US$ 56.000.
5. No OGE 2023, a alocação orçamental para Capital Menor foi no valor de US$ 20.942. No OGE 2024, não se alocou nenhum montante para esta categoria.
6. Nem no OGE 2023, nem no OGE 2024, a APORTIL alocou qualquer verba para a categoria de Capital de Desenvolvimento.

B. ANÁLISE POR PROGRAMA

1. Proposta de Orçamento da Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste para o ano 2024:

- Na Proposta do OGE 2024, a AACTL alocou um orçamento no montante *de US$ 949.300* distribuido pelos 2 programas seguintes:
  1. Programa 502 - Transporte: US$ 390.820
  2. Programa 510 - Funcionamento e Desenvolvimento Institucional: US$ 558.480

- Na proposta do OGE Retificativo de 2023, ANC alocou um orçamento no montante de US$ 1.091.180 divididos por 2 programas:
  1. Programa 502 - Transporte: US$ 642.892
  2. Programa 510 - Funcionamento e Desenvolvimento Institucional: US$ 448.288

- O total da proposta do OGE 2024 para a Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste foi de US$ 949.300, tendo sofrido uma redução de US$ 141.880 (- 13 %), comparativamente a 2023.

2. Análise da execução orçamental da Autoridade de Aviação Civil de Timor-Leste: De acordo com categorias de despesas.

A **Tabela 2** apresenta o total de execução (real) do orçamento alocado à Autoridade de Aviação Civil de Timor-Leste (AACTL) até 29 de novembro de 2023, cujo valor é de 71,2%, o que indica que a execução orçamental da AACTL está a correr bem, pelo que se pode esperar que até ao final de 2023 a AACTL seja capaz de executar aproximadamente 90% do montante alocado.

Tabela 2. *Categoria de Despesas*

Autoridade Aviação Civil de Timor Leste	$1,091,180.00	$14,844.70	$57,383.90	$720,083.58	$298,867.82	71.2%
SUB-PROGRAM	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Regulamentação e Gestão de Forma Eficaz e Eficiente da Aviação Civil	$642,892.00	$12,556.00	$53,403.00	$371,019.22	$205,913.78	66.0%
Funcionamento Institucional	$173,541.00	$.00	$1,425.80	$162,654.50	$9,460.70	94.5%
Desenvolvimento Institucional	$274,747.00	$2,288.70	$2,555.10	$186,409.86	$83,493.34	68.8%

Portal de Transparência, dia 29 de Novembro 2023

3. Da auscultação desta entidade, resultou o seguinte:

Na sequência da análise feita à Proposta do Orçamento da presente entidade, contrapondo-a com os dados referentes ao orçamento anterior (OGE 2023), juntamente com uma análise sobre as categorias abrangidas e os programas previstos, os deputados que compões a Comissão E colocaram uma série de questões que foram esclarecidas pelos participantes na audiência.

O representante da instituição esclareceu que para o ano 2024 mantêm 2 programas. O Programa 502 (Transportes - US$ 390.820) e o Programa 510 (Funcionamento e Desenvolvimento Institucional - US$ 558.480).

A proposta inicial apresentada pela AACTL-IP cobria 4 categorias, porém foi-lhes designado um pacote de US$ 817.294, que apesar da autoridade da aviação ter solicitado o seu aumento, principalmente para as categorias de Salários e Vencimentos, Bens e Serviços e Transferências Públicas, no entanto, a proposta do orçamento acabou por ficar no montante de US$ 949.300.

Devido à redução do teto orçamental para 2024, uma das alternativas foi a de reduzir o salário do pessoal da Autoridade da Aviação Civil.

Realçou as metas para o ano 2024, referindo-se ao Aeroporto Nicolau Lobato e a necessidade de se obter a sua certificação (e também a certificação do aeroporto de Suai).

Referindo, também, que cabe à Autoridade quatro capacidade/competências: supervisionar, regular, fiscalizar e inspecionar o sector da aviação civil e que tenta cumprir com as suas funções da melhor forma apesar de algumas dificuldades.

Relata, ainda, a Autoridade da Aviação Civil que o país apenas conta com um avião (da Aero Díli), mas que um dos objetivos é aumentar o número de aviões.

II.4.G. AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES (ANC)

O orçamento da ANC para 2023 foi de US$ 1.288.608, sendo que na proposta do OGE 2024 aloca-se o valor de US$ 1.309.001 a esta entidade.

A. ANÁLISE POR CATEGORIA

➢ **OGE 2023** segundo o *Portal de Transparência, dia 29 de Novembro de 2023*

Autoridade Nacional de Comunicações	$1,288,608.00	$58,475.74	$30,942.18	$944,313.86	$254,876.22	75.7%
CATEGORY	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salarios e Vencimentos	$935,293.00	$.00	$.00	$742,621.45	$192,671.55	79.4%
Bens e Servicos	$277,659.66	$12,427.00	$30,942.18	$179,858.79	$54,431.69	75.9%
Capital Minor	$75,655.34	$46,048.74	$.00	$25,272.60	$4,334.00	33.4%
Current Liabilities	$.00	$.00	$.00	-$3,438.98	$3,438.98	.0%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução total do orçamento do ANC é de 75,7% do orçamento total de $1.288.608,00, com uma execução real total de $944.313,86, obrigações de $30.942,18, compromissos totais de $58.475,74 e um saldo remanescente de $254.876,22;
2. A percentagem de execução maior é na categoria de salários e vencimentos, com uma execução total de 79,4% e uma execução real de $742.621,45 de um orçamento anual de $935.293,00, sem obrigações ou compromissos, e um saldo remanescente de $192.671,56;
3. A percentagem de execução com menor expressão é na categoria de capital menor, com uma execução total de 33,4% e uma execução real de $25.272,60 de um orçamento anual de $75.655,34, sem obrigações, compromissos de $46.048,74 e um saldo remanescente de $4.334.

➢ **OGE 2024** segundo o **PPL No. 4/VI(1ª)**

Orsamentu ANC ba tinan 2024	$ 1.309.001,00						
Salario e Vencimentos	$ 936.730,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	Dadus foti hosi PPL Nº.4/VI(1ª)
Bens e Servisos	$ 272.271,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Transferencia públicas	$ -	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Capital Menor	$ 100.000,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Capital Desenvolvimento	$ -	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	

OBSERVAÇÕES :

1. No OGE 2023, foi atribuída à ANC uma alocação no valor de US$ 1.288.608,27. Enquanto que no OGE 2024, se alocou um montante de US$ 1.309.001, significando um aumento orçamental no valor de US$ 20.392,73.
2. No OGE 2023, foi alocado um montante de US$ 935.293 para a categoria de Salários e Vencimentos. No OGE 2024, o governo alocou um total de US$ 936.7 30, traduzindo num pequeno aumento de US$ 1.437.

3. No OGE 2023, foi atribuído um montante de US$ 277.659,66 para Bens e Serviços. Enquanto que no OGE 2024, o governo alocou um total de US$ 272.271, signicando uma redução orçamental de US$ 5.388,66.
4. Tanto no OGE 2023 como no OGE 2024, não foram feitas nenhuma alocação de verba para Transferências Públicas.
5. No OGE 2023, foi atribuída uma verba orçamental de US$ 75.655 para o Capital Menor. No OGE 2024, a ANC alocou um total de US$ 100.000 para o Capital Menor, o que traduz num aumento US$ 24.345.
6. Tanto no OGE 2023 como no OGE 2024, não foram feitas nenhuma alocação de verba orçamental para Capital de Desenvolvimento.

B. ANÁLISE POR PROGRAMA

1. Proposta de Orçamento da Autoridade Nacional de Comunicações para 2024:

- Na proposta de OGE 2024, a ANC alocou um orçamento no montante de US$ 1.309.001, distribuídos por 2 programas conforme descrito abaixo:

  1. Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional: US$ 354.000
  2. Programa A08 – Tecnologia de Informação e Comunicação: US$ 954.921

- Na proposta de OGE Retificativo de 2023, a ANC alocou um orçamento no montante de US $ 1.288.608 para os 2 programas abaixo descritos:

  1. Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimentu Institucional: US$ 311.102
  2. Programa A08 – Tecnologia de Informação e Comunicação: US$ 977.506

- O total da Proposta do OGE 2024 alocado para Autoridade Nacional de Communicações para 2024 foi de US$ 1.309.001 pelo que a proposta de orçamento para 2024 aumentou em US$ 20,393 (+ 1.59 %).

2. Análise da execução do orçamento da Autoridade Nacional de Comunicações: por Categoria de Despesas

A **Tabela 2** apresenta a execução real total do orçamento da ANC até 29 de Novembro de 2023, demonstrando que a execução orçamental da ANC está a correr bem, tendo nessa altura atingido 75,7%. Com esses indicadores, prevê-se que antes do final de 2023, a execução orçamental da ANC atingirá uma cifra perto dos 90%.

Tabela 2. *Categoria de Despesas*

Autoridade Nacional de Comunicações	$1,288,608.00	$58,475.74	$30,942.18	$944,313.86	$254,876.22	75.7%
SUB-PROGRAM	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Funcionamento Institucional	$11,400.00	$.00	$.00	$10,050.00	$1,350.00	88.2%
Desenvolvimento Institucional	$307,879.26	$860.00	$12,927.08	$250,496.92	$43,595.26	85.6%
Regular e gerir com eficiência e eficácia os quadros e serviços de telecomunicações	$362,213.50	$11,567.00	$1,348.10	$254,694.65	$94,603.75	70.7%
Gerir o setor de comunicações para melhorar a economia digital e melhorar os avanços e mudanças tecnológicas no cenário do mercado	$144,026.50	$.00	$.00	$102,358.31	$41,668.19	71.1%
Acceso Universal	$223,077.74	$46,048.74	$.00	$142,367.23	$34,661.77	63.8%
Segurança Sibernética	$240,011.00	$.00	$16,667.00	$184,346.75	$38,997.25	83.8%

Portal Transparência, dia 29 de Novembro 2023

3. Da audiência pública, em relação a esta entidade, apurou-se o seguinte:

Na sequência da análise feita à Proposta do Orçamento da presente entidade, contrapondo-a com os dados referentes ao orçamento anterior (OGE 2023), juntamente com uma análise sobre as categorias abrangidas e os programas previstos, os deputados que compões a Comissão E colocaram uma série de questões que foram esclarecidas pelos participantes na audiência.

O Presidente da ANC começou por referir o historial dos orçamentos anteriores quer no que se refere às despesas como às receitas, referindo que em relação ao ano 2023 tiveram um orçamento de US$ 1.3 milhões, mas que também obtiveram receitas para o Estado.

Apresentou a proposta de orçamento para 2024, abordando as necessidades da agência e destacando especial atenção à questão da cibersegurança do Estado, especificando os programas da referida ANC.

Quanto à execução orçamental, o presidente da ANC referiu que a percentagem de execução atual é de 75,7%.

Realçou que o valor do Capital Menor previsto fica especificamente distribuído para a Internet, com vista a assegurar a comunicação em geral e também para resolver questões de cibersegurança.

Contudo, há ainda a resolver a questão do licenciamento dos operadores para se poder implementar o programa.

O Presidente da ANC refere que o facto de na sua instituição terem de usar um sistema de sinais de micro-ondas, não havendo outra opção, tal não permite que haja uma melhor velocidade e, consequentemente, melhor acesso à rede de internet. Que cabos de fibra ótica seria importante nessa matéria, mas, infelizmente, nesse momento tal não existe no país.

Acrescenta que os operadores existentes no país não têm capacidade de responder às necessidades dos clientes/consumidores. Nesta altura a capacidade total dos operadores é de apenas 22.68 Gb para um elevado número de utentes.

Também há a necessidade de se proceder à atualização da legislação sobre a matéria.

E a população não encontra resposta para os seus problemas, não existindo, por exemplo, um gabinete de proteção de consumidores, para além de os consumidores não reclamarem junto às entidades competentes.

Previsão de assinatura de acordos (Memorando de Entendimento) com a Indonésia.

Quanto aos técnicos que prestam serviço à instituição uma vez que são aplicadas as regras da Lei do Trabalho em relação aos contratos, tendo em conta que tal legislação tem limites

em relação ao número de contratos celebrados, sob pena de esses contratos passarem a termo indeterminado, tal não permite a constituição de uma equipa permanente para dar resposta às necessidades dos serviços.

II.4.H. REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE OE-CUSSE AMBENO (RAEOA)

O orçamento da RAEOA para 2023 foi de US$ 53.262.112. Na proposta do OGE para 2024 aloca-se o valor de US$ 60.000.000 à RAEOA.

OGE RAEOA 2023 segundo o *Portal de Transparência, dia 8 de dezembro de 2023*

NO	CATEGORIA	BUDGET	COMPROMISSOS	OBRIGAÇÕES	REAL	SALDO	EXECUÇÃO
Total orçamento 2023		**$ 53.262.112**	**$ 10,679,574.45**	**$ 5,375,040.75**	**$ 28,225,445.74**	**$ 8,982,051.06**	**63.1 %**
1	Salários e Vencimentos	$15,191,755	$575	$10,291.37	$9,994,135.96	$5,186,752.67	65.8 %
2	Bens e Servisos	$9,443,951.81	$1,984,901.90	$1,399,244.30	$4,153,214.72	$1,906,590.89	58.8 %
3	Transferencia Públicas	$4,332.495.19	$10,000	$13,715.86	$3,337,923.08	$970,856.25	77.4 %
4	Capital Menor	$1,525,258	$426,280	$6,165	$271,418.76	$821,394.24	18.2 %
5	Capital Desemvolvimento	$22,768,652	$8,257,817.55	$3,945,624.22	$10,468,753.22	$96.457	63.3 %

OBSERVAÇÕES:

1. A execução do orçamento da RAEOA atingiu 63,1%, com uma execução real total de $28.225.445,74, obrigações totais de $5.375.040,75 e compromissos de $10.679.574,45 do orçamento anual. O saldo é de $8.982.051,06;
2. A execução com maior percentagem é de 77,4%, na categoria de transferências públicas, com uma execução real de $3.337.923,08 do orçamento anual de $4.332.495,19, obrigações totais de US$13.715,86 e compromissos de US$10.000,00. O saldo foi de US$ 970.856,25;
3. A execução com percentual inferior a 40% está incluída na categoria de capital menor alcançando apenas US$50.184,00 em execução real, obrigação total de US$125.000,00 e compromissos totais de US$157.200,00 do orçamento anual de US$429.409,00. O saldo foi de US$ 821.394,24.

Plano orçamento 2024

NO	CATEGORIA	BUDGET	COMPROMISSOS	OBRIGAÇÕES	REAL	SALDO	EXECUÇÃO
Total orçamento 2024		**$60.000.000**	$0	$0	$0	$0	**0**
1	Salários e Vencimentos	$ 14.949.790	$0	$0	$0	$0	0
2	Bens e Servisos	$21.021.447	$0	$0	$0	$0	0
3	Transferencia Públicas	$7.178.685	$0	$0	$0	$0	0
4	Capital Menor	$350.076	$0	$0	$0	$0	0
5	Capital Desemvolvimento	$16.500.002	$0	$0	$0	$0	0

OBSERVAÇÕES:

1. No OGE 2023, a alocação de verba para a RAEOA foi de $53.262.112,00, mas no OGE 2024, o governo alocou $60.000.000,00. Portanto, o governo aumentou o orçamento para a RAEOA, em 2024, em US $ 6.737.888,00;

OBSERVAÇÕES:

1. No OGE 2023, a alocação de verba para a RAEOA foi de $53.262.112,00, mas no OGE 2024, o governo alocou $60.000.000,00. Portanto, o governo aumentou o orçamento para a RAEOA, em 2024, em US $ 6.737.888,00;
2. No OGE 2023, destinou-se US$15.191.755 para a categoria de Salários e Vencimentos. No OGE 2024, a alocação de dinheiro para Salários e Vencimentos é de US$ 14.949.790,00. Portanto, houve uma redução de US$241.965,00 nesta categoria;
3. No OGE 2023, a alocação de verba para bens e serviços foi de US$ 9.443.951,81, mas no OGE 2024, o governo destinou apenas US$ 21.021.447,00 para Bens e Serviços, reduzindo US$ 11.587.885,19 desta categoria, relativamente ao orçamento anterior;
4. No OGE 2023, a alocação de verba para Capital Menor foi de US$1.525.258,00, e no OGE 2024, o governo destinou apenas US$ 350.076,00, havendo, assim, uma redução US $ 902.182,00 na categoria de Capital Menor;
5. No OGE 2023, a alocação de verbas para Capital de Desenvolvimento foi de $22.768.652,00, porém, para o OGE de 2024, destinou-se apenas US$ 16.500.002 para essa categoria, sofrendo, assim, uma redução de US $ 6.268.650,00;
6. No OGE 2023, destinou-se US$ 4.332.495,19 a título de verba para a categoria de Transferências Públicas. No OGE de 2024, o governo destinou US$ 7.178.685 para tal categoria, aumentando a verba em US $ 2.846.190, comparativamente ao OGE 2023.

A. ANÁLISE POR SECRETARIA REGIONAL

Autoridade RAEOA ZEESM	$53,262,112.00	$11,755,880.26	$7,732,673.42	$23,669,693.03	$10,103,865.29	59.0%
DIRECTORATE	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Gabinete do Presidente Autoridade da RAEOA	$32,109,862.00	$10,134,533.10	$6,879,883.62	$11,158,952.71	$3,936,492.57	56.2%
Secretário Regional das Finanças	$1,949,346.00	$174,345.00	$239,585.78	$1,122,160.92	$413,254.30	69.8%
Secretário Regional para o Comércio e Indústria	$484,301.00	$20,440.00	$17,726.08	$314,035.33	$132,099.59	68.5%
Secretário Regional de Administração	$1,697,696.00	$131,863.55	$28,531.02	$1,013,397.50	$523,903.93	61.4%
Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural	$1,233,023.00	$212,082.50	$36,028.60	$751,596.07	$233,315.83	63.9%
Secretário Regional da Educação Juventude e Solidariedade Social	$8,454,839.00	$597,870.66	$60,153.86	$5,235,383.99	$2,561,430.49	62.6%
Secretário Regional da Ordenamento Teritoriu e Cadastru	$1,886,385.00	$84,514.25	$111,964.77	$1,168,867.13	$521,038.85	67.9%
Secretária Regional de Saúde	$5,446,660.00	$400,231.20	$358,799.69	$2,905,299.38	$1,782,329.73	59.9%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução total do orçamento da RAEOA é de 59,2% com uma execução real total de US$ 23.669.693,03, Compromisso combinado no valor de US$ 11.755.880 e Obrigação combinada no valor de US$ 7.732.673,42 do orçamento anual no montante de US$ 53.262.862.

➢ Gabinete do Presidente da Autoridade da RAEOA

Gabinete do presidente Autoridade da RAEOA	**$ 32.109.862,00**	**$ 10.134.533,10**	**$ 6.879.883,62**	**$ 11.158.952,71**	**$ 3.936.492,57**	**56,2%**
Salario e Vencimentos	$ 3.043.952,00	$ -	$ 2.878,00	$ 1.562.180,97	$ 1.478.893,03	51,4%
Bens e Servisos	$ 4.795.699,81	$ 1.187.036,74	$ 974.364,62	$ 1.583.381,60	$ 1.050.916,85	53,3%
Transferencia públicas	$ 1.072.149,19	$ -	$ -	$ 1.052.749,19	$ 19.400,00	98,2%
Capital Menor	$ 429.409,00	$ 157.200,00	$ 125.000,00	$ 50.184,00	$ 97.025,00	40,8%
Capital Desemvolvimento	$ 22.768.652,00	$ 8.790.296,36	$ 5.777.641,00	$ 7.645.869,22	$ 554.845,00	59,0%
Current Liabilities	$ -	$ -	$ -	$ -735.412,27	$ 735.412,27	0,0%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução do orçamento na Presidência da Autoridade RAEOA atingiu 56,2%, com uma execução real total no valor de US$11.158.952,71, Obrigação no valor total de US$ 6.879.833,62, e Compromisso no valor total de US$ 10.134.533,10 do alocamento orçamental anual no montante de US$ 32.109.862.

2. A percentagem de execução para a categoria de Transferências Públicas excedeu os 98,2%, com uma execução real total no montante de US$ 1.052.749,19 do orçamento anual no valor de US$ 1.052.749,19. No entanto, havia 0% de Obrigações e Compromissos.

3. A percentagem de execução na categoria de Capital Menor atingiu apenas 40%, com uma execução real total no valor de US$ 50.184, Obrigação no valor total de US $125.000,00 e Compromisso total de US$ 157.200,00 do orçamento anual no montante de US$ 429.409.

4. No Passivo corrente a execução efetiva foi no valor de US$ – 735.412,00, com saldo no montante de US$ 735.412,00.

➢ Secretaria Regional das Finanças

Secretário Regional das Finanças	$ 1.949.346,00	$ 174.345,00	$ 239.585,78	$ 1.122.160,92	$ 413.254,30	69,8%
Salario e Vencimentos	$ 1.047.460,00	$ 575,00	$ 2.656,38	$ 724.606,72	$ 319.621,90	69,4%
Bens e Servisos	$ 791.839,00	$ 137.720,00	$ 236.879,40	$ 260.290,80	$ 56.948,80	75,4%
Transferencia públicas	$ -	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%
Capital Menor	$ 110.047,00	$ 36.050,00	$ 50,00	$ 58.100,50	$ 15.846,50	52,8%
Capital Desemvolvimento	$ -	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%
Current Liabilities	$ -	$ -	$ -	$ -20.837,10	$ 20.837,10	0,0%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução orçamental na Secretaria Regional das Finanças atingiu 69,8%, com uma execução real total no valor de US$ 1.122.160,92, obrigações no valor total de US$ 239.585,78 e compromissos no valor total de US$174.345 do orçamento anual no montante de US$1.949.346.

2. A taxa de execução orçamental na Secretaria Regional das Finanças na categoria de Bens e Serviços ultrapassou os 75% com uma execução real no valor de US$260.290,80, Obrigações no valor total de US$236.879,40, e Compromissos no valor total de US$791.839 do orçamento anual de US$791.839.

3. A taxa de execução orçamental na categoria de Capital Menor atingiu apenas 52,8% com uma execução real no valor de US$ 58.100,50, Obrigações no valor total de US$50,00 e Compromissos no valor total de US$36.050 do orçamento anual de US$110.047,00.

4. No Passivo Corrente há execução real no valor de US$ – 20.837,10 e saldo total de US$20.837,10.

➢ **Secretaria Regional para o Comércio e Indústria**

Secretário Regional para o Comércio e Indústria	$ 484.301,00	$ 20.440,00	$ 17.726,08	$ 314.035,33	$ 132.254,30	68,5%
Salarios e Vencimentos	$ 346.301,00	$ -	$ -	$ 264.820,02	$ 81.480,02	76,5%
Bens e Servisos	$ 124.410,00	$ 6.850,00	$ 17.726,08	$ 56.739,47	$ 43.094,45	59,8%
Transferencia públicas	$ -	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%
Capital Menor	$ 13.590,00	$ 13.590,00	$ -	$ -	$ -	0,0%
Current Liabilities	$ -	$ -	$ -	$ -7.525,12	$ 7.525,12	0,0%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução orçamental na Secretaria Regional do Comércio e Indústria atingiu o valor de 68,5%, com uma execução real total de US$ 314.035,33, Obrigações no valor total de US$ 17.726,08 e Compromissos no total de US$ 20.440, num orçamento anual de US$ 484.301.

2. A execução orçamental com uma percentagem acima da média na Secretaria Regional do Comércio e Indústria é na categoria de Salários e Vencimentos, que atingiu 76% com uma execução real no montante de US$ 264.820,02 e sem Obrigações ou Compromissos, de um orçamento anual de US$ 346.301,00.

3. A execução orçamental com percentagem baixa enquadra-se na categoria de Capital Menor, que atingiu 0% com uma execução real e obrigações de 0%, mas com um compromisso de US$ 13.590 de um orçamento anual de US$ 13.590.

4. No Passivo Corrente a execução real é de US$ – 7.525,12 com saldo de US$ 7.525,12.

➢ **Secretaria Regional de Administração**

Secretário Regional de Administração	**$ 1.697.696,00**	**$ 131.863,55**	**$ 28.531,02**	**$ 1.013.387,50**	**$ 532.903,93**	**61,4%**
Salario e Vencimentos	$ 463.464,00	$ -	$ 1.255,02	$ 332.025,17	$ 130.183,81	71,9%
Bens e Servisos	$ 639.577,00	$ 70.725,55	$ 18.684,00	$ 408.233,95	$ 141.933,50	66,8%
Transferencia públicas	$ 532.455,00	$ -	$ 8.592,00	$ 285.793,00	$ 238.070,00	55,3%
Capital Menor	$ 62.200,00	$ 61.138,00	$ -	$ -	$ 1.062,00	0,0%
Capital Desemvolvimento	$ -	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%
Current Liabilities	$ -	$ -	$ -	$ -12.654,62	$ 12.654,62	0,0%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução do orçamento na Secretaria Regional de Administração atingiu 61%, com uma execução efectiva no valor total de US$ 1.013.387,50, Obrigações no valor total de US$ 28.531,02 e Compromissos no valor total de US$ 131.863,55 do orçamento anual de US$ 1.697.696.

2. A execução com excesso percentual na Secretaria de Administração insere-se na categoria de Bens e Serviços, tendo atingido 75% com uma execução efetiva no valor total de US$ 260.290,80, Obrigações no valor total de US$ 236.879,40 e Compromissos no valor total de US$ 791.839 do orçamento no montante de US$ 791.839.

3. A execução com excesso percentual, na categoria de Capital Menor, atingiu apenas 52,8% com uma execução efetiva total de US$ 58.100,50, Obrigações no valor total de US$ 50,00 e Compromissos total de US$ 36.050,00 do orçamento de US$ 110.047,00.

4. No Passivo Corrente a execução efetiva é de US$ – 20.837,10 com saldo de US$ 20.837,10.

➢ **Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento**

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento	**$ 1.233.023,00**	**$ 212.082,50**	**$ 36.028,60**	**$ 751.596,07**	**$ 233.315,83**	**63,9%**
Salario e Vencimentos	$ 793.707,00	$ -	$ 2.868,53	$ 661.370,00	$ 129.467,75	83,7%
Bens e Servisos	$ 392.116,00	$ 188.882,50	$ 32.859,88	$ 105.404,66	$ 64.968,96	35,3%
Transferencia públicas	$ 1.500,00	$ -	$ -	$ -	$ 1.500,00	0,0%
Capital Menor	$ 45.700,00	$ 23.200,00	$ 300,00	$ 6.500,00	$ 15.700,00	14,9%
Capital Desemvolvimento	$ -	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%
Current Liabilities	$ -	$ -	$ -	$ -21.679,12	$ 21.679,12	0,0%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução orçamental na Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento atingiu 63,9%, com uma execução real no valor total de US$ 751.596,07, Obrigações no valor total de US$ 36.028,60 e Compromissos no valor total de US$ 212.082,50 do orçamento anual no montante de US$ 1.233.023.

2. A execução orçamental com maior percentagem na Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento é na categoria de Salários e Vencimentos, atingindo 83,7% com uma execução real no valor total de US$ 751.596,07, Obrigações no valor total de US$ 36.028,60, e Compromissos no valor total de US$ 212.082,50 do orçamento anual no montante de US$ 1.233.023.

3. A execução orçamental na categoria de Capital Menor atingiu apenas 14,9%, com uma execução real no valor total de US$ 6.500, Obrigações no valor total de US$ 300, e Compromissos no valor total de US$ 23.200 do orçamento anual no montante de US$ 45.700.

➢ **Secretaria Regional da Educação, Juventude e Solidaridade Social**

Execução OGE 2023 *segundo o Portal de Transparência, dia 8 de dezembro de 2023*

NO	CATEGORIA	BUDGET	COMPROMISSOS	OBRIGAÇÕES	REAL	SALDO	EXECUÇÃO
Total orçamento 2023		**$ 8,454,839.00**	**$ 167,870.66**	**$ 53,358.86**	**$ 5,409,652.65**	**$ 2,823,983.83**	**64.6%**
1	Salários e Vencimentos	$ 5,786,849.00	$0	$120.00	$4,034,299.46	$1,752,429.54	69.7%
2	Bens e Servisos	$687,913.00	$157,870.66	$39,523.00	$522,203.21	$265,316.13	38.5%
3	Transferencia Públicas	$1,456.867.00	$10,000.00	$13.715.86	$1,118,673.72	$314,477.42	77.7%
4	Capital Menor	$523,210.00	$0	$0	$31,449.26	$491,760.74	6.0%
5	Capital Desemvolvimento	$0	$0	$0	$0	$0	0%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução total do orçamento da Secretaria Regional da Educação, Juventude e Solidariedade Social é de 64,6% do orçamento total de US$ 8.454.839,00, totalizando uma execução efetiva de US$ 5.409.652,65, obrigações totais de US$ 53.358,86, compromissos totais de US$ 167.870,66 e um saldo remanescente de US$ 2.823.983,83;

2. A taxa de execução é mais elevada na categoria de transferências públicas, com 77,7% de execução efetiva do orçamento anual de US$ 1.456.867,00 e uma execução real de US$ 1.118.673,72, obrigações totais de US$ 13.715,86, compromissos totais de US$ 10.000,00 e um saldo remanescente ou equilibrado de US$ 314.477,42;

3. A taxa de execução é menor na categoria de capital menor, com uma execução total de apenas 6,0% do orçamento total de US$ 523.210,00, com execução efetiva totalizando US$ 31.449,26, sem obrigações ou compromissos.

➢ Secretaria Regional do Ordenamento doTerritório e Cadastro

Execução do OGE 2023 *segundo o Portal de Transparência, dia 8 de dezembro de 2023*

NO	CATEGORIA	BUDGET	COMPROMISSOS	OBRIGAÇÕES	REAL	SALDO	EXECUÇÃO
Total orçamento 2023		**$ 1,886,385.00**	**$ 84,514.25**	**$ 27,405.05**	**$1,267,847.90**	**$ 506,617.80**	**68.7%**
1	Salários e Vencimentos	$439,928.00	$0.	$1,343.25	$335,210.90	$103,373.85	76.5%
2	Bens e Servisos	$128,533.00	$42,114.25	$26,061.80	$54,521.83	$5,835.12	62.7%
3	Transferencia Públicas	$1,269.524.00	$0	$0	$872,115.17	$397,408.83	68.7%
4	Capital Menor	$48,400.00	$42,400.00	$0	$6,000.00	$0	12.4%
5	Capital Desemvolvimento	$0	$0	$0	$0	$0	0%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução integral do orçamento do Secretariado Regional do Ordenamento do Território e Cadastro é de 68,7% do orçamento anual total de US$ 1.886.385,00, com uma execução real total de US$ 1.267.847,90, obrigações totais de US$ 27.405,05, compromissos de US$ 84.514,25 e um saldo ou excedente de US$ 506.617,80;

2. A execução com percentagem mais elevada é na categoria de salários e vencimentos, com uma execução total de 76,5%, que corresponde a US$ 335.210,90 do orçamento anual de US$ 439.928, com obrigações totais de US$ 1.343,25, compromissos de $0 e um saldo ou excedente de US$ 103.373,85;

3. A execução de execução maisbaixa é a da categoria de capital menor, de 12,4% com uma execução real total de US$ 6.000, sem obrigações, compromissos de US$ 42.400 do orçamento anual de US$ 48.400.

➢ **Secretaria Regional de Saúde**

Execução do OGE 2023 *segundo o Portal de Transparência, dia 8 de dezembro de 2023*

NO	CATEGORIA	BUDGET	COMPROMISSOS	OBRIGAÇÕES	REAL	SALDO	EXECUÇÃO
Total orçamento 2023		**$ 5,446,660.00**	**$ 375,246.20**	**$ 382,001.69**	**$ 2,987,118.58**	**$ 1,702,293.53**	**61.8%**
1	Salários e Vencimentos	$3,270,094.00	$0	$0	$2,076,259.73	$1,193,834,27	63.5%
2	Bens e Servisos	$1,663,864.00	$282,544.20	$382,001.69	$910,858.85	$308,459.26	68.6%
3	Transferencia Públicas	$0	$0	$0	$0	$0	0%
4	Capital Menor	$292,702.00	$92,702.00	$0	$0	$200,000.00	0.0%
5	Capital Desemvolvimento	$0	$0	$0	$0	$0	0%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução total do orçamento do Secretariado Regional de Saúde é de 61,1% do orçamento total anual de US$ 5.446.660, sendo a sua execução efetiva de US$ 2.987.118,58, obrigações no valor de US$ 382.001,69, compromissos de US$ 375.246,20 e um saldo remanescente de US$ 1.702.293,53;

2. A percentagem de execução é de 63,5%, na categoria de salários e vencimentos, com execução efetiva no valor de US$ 2.076.259,73 do orçamento anual de US$ 3.270.094, sem obrigações ou compromissos e um saldo nescente de US$ 1.193.834,27;

3. O percentual de execução na categoria de capital menor é de 0,0%, com execução efetiva em $0, obrigações em 0%, compromissos de US$ 92.702 do orçamento anual de $292.702, e um saldo de US$ 200.000.

B. ANÁLISE POR PROGRAMA

1. Proposta de Orçamento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno para 2024

- A Proposta total do orçamento da RAEOA no OGE 2024 é de US$ 40.000.000 distribuídos pelos 13 programas abaixo descritos:

1. Programa 028 – Desenvolvimento Rural e Urbano: US$ 194.567
2. Programa 366 – Segurança Nacional: US$ 25.500
3. Programa 392 – Acesso à Justiça: US$ 1.116.100
4. Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional: US$ 21.277.705
5. Programa 521 – Ensino Básico: US$1.069.320
6. Programa 805 – Saúde: US$ 681.063
7. Programa 867 – Desenvolvimento e Reforço de Zonas com Tratamento Administrativo e Económico Especial: US$ 14.346.975
8. Programa 979 – Educação e Formação: US$ 913.114
9. Programa 980 – Inclusão Social: US$ 96.878
10. Programa 982 – Turismo: US$ 63.309
11. Programa 983 – Investimento e Diversificação Económica: US$ 68.969
12. Programa A20 – Gestão Sustentável dos Recursos Naturais, Utilização e Conservação: US$ 17.500
13. Programa A32 – Aumento Sustentável da Produtividade e Produção: US$ 129.000.

- No OGE Retificativo de 2023, a RAEOA alocou um orçamento no montante de US$ 53.262.112 distribuídos por 12 programas, conforme descrito a seguir:

1. Programa 028 – Desenvolvimento Rural e Urbano: US$257.386
2. Programa 029 – Reformas do Estado : US$ 532.455

3. Programa 366 – Segurança Nacional: US$ 42.650
4. Programa 392 – Acesso à Justiça : US$ 1.284.524
5. Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional : US$ 22.096.672
6. Programa 797 – Agricultura: US$ 662.560
7. Programa 805 – Saúde: US$ 909.855
8. Programa 867 – Desenvolvimento e Reforço de Zonas com Tratamento Administrativo e Económico Especial: US$ 24.805.805
9. Programa 979 – Educação e Formação: US$ 2.031.734
10. Programa 980 – Inclusão Social: US$ 139.737
11. Programa 982 – Turismo: US$ 98.378
12. Programa 983 – Investimento e Diversificação Económica: US$ 400.356

II.4.I. INSTITUTO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS (IGEADI)

O orçamento da IGEADI para 2023 foi de US$ 4.613.844. A proposta do OGE para 2024 é US$ 3.969.402.

A. ANÁLISE POR CATEGORIA

➢ **OGE 2023** *segundo o Portal de Tranparência, dia 29 de Novembro de 2023*

Instituto de Gestão de Equipamentos	$4,613,844.00	$1,870.00	$573,387.50	$3,497,400.12	$541,186.38	88.2%
CATEGORY	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salarios e Vencimentos	$1,881,868.00	$.00	$.00	$1,417,604.00	$464,264.00	75.3%
Bens e Servicos	$1,519,426.00	$1,870.00	$98,272.50	$1,345,517.01	$73,766.49	95.0%
Capital Minor	$919,225.00	$.00	$181,790.00	$737,370.00	$65.00	100.0%
Capital Desenvolvimento	$293,325.00	$.00	$293,325.00	$.00	$.00	100.0%
Current Liabilities	$.00	$.00	$.00	-$3,090.89	$3,090.89	.0%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução orçamental total do IGEADI foi de 88,2% com uma execução real no valor de US$ 4.974.400,12, Compromisso total de US$ 1.870 e Obrigações de US$ 573.387,50;

2. A percentagem de execução é superior na categoria de Capital Menor com uma execução real no valor de US$ 737.370 e Obrigações no valor de US$ 293.325,00, o que representa 100% do orçamento anual de US$ 919.255,00;

3. Também a categoria de Capital de Desenvolvimento tem uma execução de Obrigações no valor de $293.325,00, cumprindo assim, 100% do orçamento total no valor de US$ 293.325;

3. A percentagem de execução é inferior na categoria de Salários e Vencimentos com uma execução real no valor de US$ 1.417.604, o que representa 75% do orçamento anual de US$ 1.881.868,00.

4. Na categoria Passivo Corrente a execução real foi no valor de US$ – 3.090,89 e o saldo foi de US$ 3.090,89.

➢ **OGE 2024** segundo o PPL No. 4/VI(1ª)

Orsamentu IGEADI ba tinan 2024	$ 3.969.402,00						
Salario e Vencimentos	$ 1.726.804,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	Dadus foti hosi PPL Nº.4/VI(1ª)
Bens e Servisos	$ 1.599.273,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Transferencia públicas	$ -	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Capital Menor		$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Capital Desenvolvimento	$ 643.325,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	

OBSERVAÇÕES:

1. No OGE 2023, a alocação orçamental para o IGEADI foi de US$4.613.844. No OGE 2024, alocou-se apenas um valor total de US$ 3.969.402, significando uma redução em US$ 644.442;

2. No OGE 2023, a alocação orçamental para a categoria de Salários e Vencimentos é de US$ 1.881.868. No OGE 2024, o governo alocou apenas o valor de US$ 1.726.804, traduzindo-se numa redução orçamental no valor de US$156.299;

3. No OGE 2023, a alocação para a categoria de Bens e Serviços é de US$ 1.519.426. No OGE 2024, o governo destinou US$ 1.599.273, traduzindo num aumento no valor de US$ 79.847;

4. Tanto no OGE 2023 como no OGE 2024, o governo não alocou qualquer verba para a categoria de Transferências Públicas;

5. No OGE 2023, a alocação para a categoria de Capital Menor é de US$ 919.255. No OGE 2024, o governo não alocou qualquer valor para o Capital Menor.

6. No OGE 2023, a alocação orçamental para Capital de Desenvolvimento é de US$ 293.325. No OGE 2024, o governo não alocou qualquer montante para Capital de Desenvolvimento.

B. ANÁLISE POR PROGRAMA

1. Proposta de Orçamento do Instituto de Gestão de Equipamentos e Apoio ao Desenvolvimento de Infraestruturas para 2024:

- Na proposta OGE 2024, a IGEADI alocou um orçamento no montante de US$ 3.969.402, para os 2 programas descritos abaixo:

    1. Programa 026 – Estradas e Pontes: US$ 512.273
    2. Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional: US$ 3.457.129.

- No OGE Retificativo de 2023, a IGEADI alocou um orçamento no montante de US$ 4.613.844 também distribuídos por 2 programa:

    1. Programa 026 – Estradas e Pontes: US$ 2.316.298
    2. Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional: US$ 2.297.546.

- O total da proposta do OGE 2024 do Instituto de Gestão de Equipamentos e Apoio ao Desenvolvimento de Infraestruturas é de US$ 3,969,402 tendo sofrido uma redução de US$ 644.442 (- 13.97 %) relativamente a 2023.

2. Análise da execução do orçamento do Instituto de Gestão de Equipamentos por Categoria de Despesas

A **Tabela 2** apresenta a execução total (real) do Orçamento do Instituto de Gestão de Equipamentos e Apoio ao Desenvolvimento de Infraestruturas, até 29 de novembro de 2023 em 86,5%. Este valor indica que a execução do orçamento do IGE está a correr bem.

Tabela 2. *Categoria de Despesas*

Instituto de Gestão de Equipamentos	$4,613,844.00	$1,870.00	$572,737.50	$3,417,065.12	$622,171.38	86.5%
SUB-PROGRAM	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Gestão e instalação de equipamentos	$2,242,580.00	$.00	$552,835.50	$1,609,136.83	$80,607.67	96.4%
Desenvolvimento Institucional	$2,371,264.00	$1,870.00	$19,902.00	$1,807,928.29	$541,563.71	77.1%

Portal de Transparência, dia 29 de Novembro de 2023.

3. Da auscultação desta entidade, resultou o seguinte:

Na sequência da análise feita à Proposta do Orçamento da presente entidade, contrapondo-a com os dados referentes ao orçamento anterior (OGE 2023), juntamente com uma análise sobre as categorias abrangidas e os programas previstos, os deputados que compões a Comissão E colocaram uma série de questões que foram esclarecidas pelos participantes na audiência.

O Presidente da IGEAID informa que receberam uma dotação orçamental de 4.613.844,00 dólares para o ano de 2023, a ser atribuída à categoria 4: 1) Salários e vencimentos no total de 1.881.868,00 dólares; 2) Bens e serviços no valor de $ 1.519.426,00; 3) Capital menor no valor de $919.225,00; e 4) Capital de desenvolvimento totalizando US$ 293.325,00. Do orçamento total, executou-se 88,3%, com despesas reais totalizando 1.417.002,07 dólares, compromissos totalizando 1.870,52 dólares, obrigações totalizando 522.235,75 dólares e um saldo remanescente de 464.736,18 dólares.
O IGEAID construiu uma nova estrada com 50 quilómetros de extensão e reabilitou 102 quilómetros de estradas, porém, enfrenta problemas com a maquinaria pesada e antiga com que executa os trabalhos.
O Presidente informou, ainda, que o IGEAID recebeu do governo japonês uma doação de 20 novas máquinas pesadas. Portanto, eles precisam de fundos adicionais para fornecer treinamento aos técnicos para usar essas máquinas.

Relativamente ao orçamento de 2024, o presidente do IGEAID esclareceu que foi-lhes atribuído um orçamento de 3.969.402,00 dólares, que é alocado a 3 Categorias: 1) Salários e Vencimentos no valor de US$ 1.726.403,00; 2) Bens e Serviços no valor total de US$ 1.599.273,00, e 3) Capital de Desenvolvimento no valor de US$ 643.325,00.

No entanto, segundo o presidente do IGEAID, ainda precisam de um adicional de $600.000,00. Por isso, o presidente da IGEAID pediu aos parlamentares que apresentassem propostas adicionais, para que as suas necessidades possam ser asseguradas.

II.4.J. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL (ADN,IP)

O orçamento da ADN para 2023 foi de US$ 4.475.430. Na proposta do OGE para 2024 é alocado o valor de US$ 4.601.066 para esta entidade.

A. ANÁLISE POR CATEGORIA

- **OGE 2023** segundo o Portal de Transparência, dia 1 de Dezembro 2023

Agência de Desenvolvimento Nacional	$4,475,430.00	$77,563.14	$124,877.06	$2,948,698.14	$1,324,291.66	68.7%
CATEGORY	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Salarios e Vencimentos	$2,387,636.00	$.00	$.00	$1,880,464.58	$507,171.42	78.8%
Bens e Servicos	$783,464.00	$.01	$22,220.56	$417,134.68	$344,108.75	56.1%
Capital Minor	$652,760.00	$.00	$102,656.50	$541,035.00	$9,068.50	98.6%
Capital Desenvolvimento	$651,570.00	$77,563.13	$.00	$118,767.01	$455,239.86	18.2%
Current Liabilities	$.00	$.00	$.00	-$8,703.13	$8,703.13	.0%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução total do orçamento do ADN é de 68,7% com uma execução real de US$ 2.948.698,14, compromissos de $77.563,14 e obrigações de US$ 124.877,06 de um orçamento anual de US$ 4.475.340. O saldo é de US$ 1.324.291,66;

2. A percentagem de execução mais elevada é na categoria Capital Menor, com 98,6%, com uma execução real de US$ 541.035, obrigações de US$ 102.656,50, sem compromissos, de um orçamento anual de US$ 652.760;

3. A percentagem de execução mais baixa na categoria Capital de Desenvolvimento, em que apenas 18,2% foi alcançada com uma execução real de US$ 118.767,01, com compromissos de US$ 77.635,13 e obrigações de 0% de um orçamento anual de US$ 651.570. O saldo é de US$ 455.239,86.

➢ **OGE 2023 segundo o PPL No. 4/VI(1ª)**

Orsamentu ADN ba tinan 2024	$ 4.601.066,00						
Salario e Vencimentos	$ 3.232.525,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	Dadus foti hosi PPL Nº.4/VI(1ª)
Bens e Servisos	$ 736.541,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Transferencia públicas	$ -	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Capital Menor	$ 82.000,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	
Capital Desemvolvimento	$ 550.000,00	$ -	$ -	$ -	$ -	0,0%	

OBSERVAÇÕES:

1. No OGE 2023, a alocação orçamental para a ADN foi de US$ 4.475.430. No OGE 2024, está alocado um valor total de US$ 4.601.066, significando um aumento orçamental no valor de US$ 125.636;

2. No OGE 2023, a verba alocada para a categoria Salários e Vencimentos foi de US$ 2.387.636. No OGE 2024, está alocado um valor total de US$ 3.232.525, traduzindo-se num aumento de US$ 844.889;

3. No OGE 2023, a alocação para a categoria de Bens e Serviços foi de US$ 783.464, enquanto que no OGE 2024, o valor para essa categoria foi de US$ 736.541. Portanto, no orçamento de 2024, o governo reduziu o orçamento para Bens e Serviços em US$ 46.923;

4. No OGE 2023 e no OGE 2024, o governo não destinou verbas para Transferências Públicas;

5. No OGE 2023, a alocação orçamental para Capital Menor foi no valor de US$ 652.760. Mas no OGE 2024 destinou-se apenas US$ 82.000 . Portanto, a alocação orçamental foi reduzida em US$ 570.760;

6. No OGE 2023, a alocação orçamental para a categoria de Capital de Desenvolvimento foi de US$ 651.570. No OGE 2024, alocou-se US$ 550.000, traduzindo-se numa redução no valor de US$ 101.570,00.

B. ANÁLISE POR PROGRAMA

1. Proposta de Orçamento da Agência de Desenvolvimento Nacional para 2024:

- O total do orçamento da ADN na proposta do OGE 2024 é de US$ 4.601.066 distribuídos pelos 6 programas seguintes:

    1. Programa 028 m – Desenvolvimento Rural e Urbano: US$ 57.686
    2. Programa 304 – Formação Profissional: US$ 145.000
    3. Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional: US$ 542.425
    4. Programa 805 – Saúde: US$ 214.774
    5. Programa 979 – Educação e Formação: US$ 20.810
    6. Programa 980 – Inclusão Social: US$ 5.000
    7. Programa A30 – Controlar a qualidade de projetos públicos: US$ 3.615.371

- No OGE Retificativo de 2023, a ADN alocou um orçamento no montante de US$ 4.475.430 distribuídos por 5 programa:

    1. Programa 028 – Desenvolvimento Rural e Urbano: US$ 127,179
    2. Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional: US$ 3.978.460
    3. Programa 805 – Saúde: US $ 337.606
    4. Programa 979 – Educação e Formação: US $ 17.185
    5. Programa 980 – Inclusão Social: US $ 15.000

- O total da proposta do OGE 2024 para a ADN é de US$ 4.601.066 com um aumento de US$ 125,636 (+2.8 %), relativamente ao OGE 2023.

2. Análise da execução do orçamento da Agência de Desenvolvimento Nacional por Categoria de Despesas

A **Tabela 2** mostra que até 1° de dezembro de 2023, a Agência Nacional de Desenvolvimento alcançou uma execução efetiva total de 68,7% do orçamento.

Tabela 2. *Categoria de Despesas*

Agência de Desenvolvimento Nacional	$4,475,430.00	$75,087.73	$125,586.18	$2,945,691.02	$1,329,065.07	68.6%
SUB-PROGRAM	**Budget**	**Compromissos**	**Obrigações**	**Real**	**Saldo**	**Execução %**
Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal PDIM	$109,649.00	$.00	$.00	$.00	$109,649.00	.0%
Implementação de Projetos dos Ministérios Sectorias que Trabalham em Coordenação com a Agência de Desenvolvimento Nacional	$17,530.00	$.00	$.00	$15,870.26	$1,659.74	90.5%
Funcionamento Institucional	$78,000.00	$.00	$.00	$77,653.00	$347.00	99.6%
Desenvolvimento Institucional	$596,913.00	$.01	$22,929.68	$366,483.94	$207,499.37	65.2%
Controlo qualidade do projeto infraestrutura	$3,303,547.00	$75,087.72	$102,656.50	$2,448,676.64	$677,126.14	77.2%
Infraestrutura de Saúde	$337,606.00	$.00	$.00	$28,053.18	$309,552.82	8.3%
Infraestruturas do Ensino Básico	$17,185.00	$.00	$.00	$.00	$17,185.00	.0%
Declaração de Maubisse	$15,000.00	$.00	$.00	$8,954.00	$6,046.00	59.7%

Portal de Transparência, dia 1 de Dezembro 2023

3. Da auscultação desta entidade resultou o seguinte:

Na sequência da análise feita à Proposta do Orçamento da presente entidade, contrapondo-a com os dados referentes ao orçamento anterior (OGE 2023), juntamente com uma análise sobre as categorias abrangidas e os programas previstos, os deputados que compões a Comissão E colocaram uma série de questões que foram esclarecidas pelos participantes na audiência.

O Diretor Executivo da ADN partilhou, de forma detalhada, os dados do orçamento da agência para 2023, os níveis de execução do mesmo, contrapondo-os com a proposta existente em relação à ADN, para cada categoria, no OGE 2024.

Em relação a questões relacionadas com a execução do orçamento ou cumprimento do seu plano de atividades durante o ano 2023, realçou o problema de pagamento dos projetos, incluindo o projeto do aeroporto de Suai, porém, relativamente ao laboratório da ADN, o director disse que o mesmo é utilizado para testes de projetos concluídos, mas o Laboratório de Obras Públicas testa materiais e itens utilizados em projetos em curso, levando a uma redução dos custos dos projectos que a ADN paga às empresas.

II.4.K. Bee TIMOR-LESTE (BTL, EP)

Execução do OGE 2023

NO	CATEGORIA	BUDGET	COMPROMISSOS	OBRIGAÇÕES	REAL	SALDO	EXECUÇÃO
Total orçamento 2023		**$ 50,175,139.16**	**$ 19,976,503.57**	**$ 18,730,114.29**	**$ 10,826,545.51**	**$ 641,975.79**	**22%**
1	Salários e Vencimentos	$ 3,984,686.51	0.0%	$790,952.69	$3,193,733.82	0.0%	80.2%
2	Bens e Servisos	$7,772,782.57	$3,026,310.59	$688,119.86	$3,416,376.34	$641,975.79	44%
3	Transferencia Públicas	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
4	Capital Menor	$1,872,680.01	$201,164.11	$641,212.40	$1,030,303.50	$0	55.0%
5	Capital Desemvolvimento	$37,310,425.00	$16,749,028.87	$16,609,829.35	$3,186,131.85	$0	9.0%

OBSERVAÇÕES:

1. A execução total do orçamento da BTL,E.P é de 22% do orçamento total de US$ 50.175.139,16, sendo a sua execução real de US$ 10.826.545,51 (21,58%), obrigações de US$ 18.730.144,28 (37,33%), compromissos de US$ 19.976.503,57 (39,83%), e saldo remanescente de US$ 641.975,79 (1,28%);

2. A percentagem de execução na categoria salários e vencimentos é de 80,2%, com uma execução real de US$ 3.193.733,82 do orçamento anual total de US$ 3.984.686,51, sendo as obrigações de US$ 790.952,69 (19,8%), e sem compromissos e saldo remanescente (0%);

3. A percentagem de execução na categoria salarial e salarial é de 80,2%, com uma execução real de US$ 3.193.733,82 do orçamento anual total de US$ 3.984.686,51, sendo as obrigações de US$ 790.952,69 (19,8%), e sem compromissos e saldo remanescente (0%);

4. A execução na categoria desenvolvimento de capital é baixa, sendo que o valor real gasto é de US$ 3.186.131,82, o que representa 8,7% do orçamento total. Há compromissos de US$ 16.749.028,87, equivalente a 45,8% do orçamento, havendo obrigações de US$ 16.609.829,35, equivalente a 45,5% do orçamento. O orçamento anual é de US$ 36,544,990.07.

Plano orçamento 2024

NO	CATEGORIA	BUDGET	COMPROMISSOS	OBRIGAÇÕES	REAL	SALDO	EXECUÇÃO
Total orçamento 2024		**$ 14,000,000.00**	$0	$0	$0	$0	**0**
1	Salários e Vencimentos	$ 3,984,686.00	$0	$0	$0	$0	0
2	Bens e Servisos	$6,677,788.00	$0	$0	$0	$0	0
3	Transferências Públicas	$0	$0	$0	$0	$0	0
4	Capital Menor	$1,210,993.00	$0	$0	$0	$0	0
5	Capital Desemvolvimento	$2,126,533.00	$0	$0	$0	$0	0

OBSERVAÇÕES:

1. No OGE 2023, alocou-se o valor de $50.940.574,10 à BTL, EP. No entanto, no OGE 2024, destina-se apenas $14.000.000, sofrendo uma de $36.940.574,10;

2. No orçamento de 2023, a alocação de verbas para salários e vencimentos era de US$ 3.984.686,51. No orçamento de 2024, a dotação para salários e vencimentos mantém-se a mesma de 2023;

3. No OGE 2023 alocou-se o valor de US$ 7.772.782,57 para a categoria de bens e serviços da BTL, EP. No entanto, no orçamento de 2024, destinou-se apenas $6.677.788,00, reduzindo, assim, em $1.094.994,57o orçamento para BTL, EP, para tal categoria;

4. No OGE 2023, alocou-se $1.872.680,01 para o Capital Menor, enquanto no OGE 2024, apenas se destininou $1.210.993,00. Portanto, haverá uma redução de US $ 661.687,01;

5. No OGE de 2023, a alocação de verba para o capital de desenvolvimento foi de $37.310.425. No entanto, no OGE 2024, destinou-se US $ 2.126.533,00 para esse fim. Portanto, o governo reduz o orçamento para BTL, EP no orçamento de 2024 para US $ 35.183.892.

1. Da auscultação desta entidade resultou o seguinte:

O Presidente da BTL, EP esclareceu, em sede de audiênca, os detalhes do orçamento 2024 em relação à sua instituição, comparando-os com os dados constantes do OGE 2023 e as execuções ealizadas nas várias categorias.

Informou que o orçamento total atribuído à BTL, EP financiará duas atividades principais:

1) Boa governação e fortalecimento institucional;

2) Melhoria dos sistemas de abastecimento de água, saneamento e drenagem.

II.4.L. Eletricidade de Timor-Leste (EDTL, E.P.)

Execução OGE 2023

NO	CATEGORIA	BUDGET	COMPROMISSOS	OBRIGAÇÕES	REAL	SALDO	EXECUÇÃO
Total orçamento 2023		$ 244,043,460.29	Informação não fornecida	Informação não fornecida	$ 168,306,023.87	$ 75,737.436.42	**68.97 %**
1	Salários e Vencimentos	$ 8,955,376.80.80	Informação não fornecida	Informação não fornecida	$6,762,083.40	$2,193,293.40	75.51 %
2	Bens e Serviços	$170,542,586.04	Informação não fornecida	Informação não fornecida	$126,660,495.16	$43,882,090.88	74.27 %
3	Transferências Públicas	$554,094.80	Informação não fornecida	Informação não fornecida	$351,681.40	$192,413.40	64.64 %
4	Capital Menor	$19,309,500.00	Informação não fornecida	Informação não fornecida	$6,541,007.02	$12,768,492.98	33.87 %
5	Capital Desenvolvimento	$44,691,902.65	Informação não fornecida	Informação não fornecida	$27,990,756.89	$16,701,145.76	62.63 %

OBSERVAÇÕES:

1. A execução total do OGE 2023 da EDTL, EP é de 68,97% do orçamento anual total de US$ 244.043.460,29 com a sua execução efetiva de US$ 168.306.023,87 e um saldo de US$ 75.737.436,42;

2. O percentual de execução é maior na categoria de salários e vencimentos que é de 75,51% do orçamento anual de US$ 8.955.376,80, com execução efetiva de US$ 6.762.083,40. O saldo é de US$ 2.193.293,40;

3. A percentagem de execução é menor na categoria de capital menor, que é de 33,87% do orçamento anual de US$ 19.309.500, com execução efetiva de US$ 6.541.007,02. O saldo é de US$ 12.768.492,98.

Plano Orçamento 2024

NO	CATEGORIA	BUDGET	COMPROMISSOS	OBRIGAÇÕES	REAL	SALDO	EXECUÇÃO
Total orçamento 2024		**$ 220,000,000.00**	$0	$0	$0	$0	**0**
1	Salários e Vencimentos	$ 10,357,579.05	$0	$0	$0	$0	0
2	Bens e Serviços	$168,828,,420.95	$0	$0	$0	$0	0
3	Transferências Públicas	$0	$0	$0	$0	$0	0
4	Capital Menor	$6,164,000.00	$0	$0	$0	$0	0
5	Capital Desenvolvimento	$34,650,000.00	$0	$0	$0	$0	0

OBSERVAÇÕES:

1. No OGE 2023, alocou-se US$ 244,043,460.29 à EDTL, EP, enquanto no OGE 2024, alocou-se US$ 220.000.000. Assim, reduziu-se, no OGE 2024, o orçamento da EDTL, EP em US$ 24.043.460,29;

2. No OGE 2023 a dotação para a categoria de salários e vencimentos é de US$ 8.955.376,80. Mas, no orçamento de 2024, o governo aumentou a dotação para essa categoria, para US$ 10.357.579,95, aumentando o orçamento dessa categoria em US$ 1.402.203,15;

3. No orçamento de 2023, a dotação de verbas para bens e serviços foi de US$ 170.542.586,04. No OGE 2024, destinou-se o valor de US$ 168.828.420,95 para tal categoria, sofrendo uma redução de US $ 1.714.165,85;

4. No OGE 2023 , alocou-se US$ 19.309.500 para a categoria de Capital Menor, sendo que o OGE 2024, destinou apenas o valor de US$ 6.164.000, para tal categoria. Ou seja, houve uma redução de US$ 13.145.500;

5. No OGE 2023 ao capital de desenvolvimento destinou-seuma verba de US$ 44.691.902,65, enquanto que no orçamento de 2024, o governo destinou apenas US$ 34.650.000,00, reduzindo em US$ 10,041,902.65 o valor dessa categoria, comparativamente ao OGE 2023;

6. No OGE 2023, alocou-se US$ 544.094,80 para a categoria de transferências públicas. No OGE 2024, o governo não destinou nenhuma verba para o capital de desenvolvimento.

1. Da auscultação desta entidade resultou o seguinte:

Após referir-se aos orçamentos de 2023 e 2024, bem como à execução até então alcançada, o Presidente da EDTL referiu que do orçamento total atribuído à EDTL, EP já se executou 68% das despesas (de janeiro a novembro), totalizando o valor de US$ 168.306.023,87, deixando um saldo de US$ 75.737.436,42.

Entretanto, o Presidente da EDTL realçou quatro questões que considera importantes: 1) Execução do orçamento de 2023; 2) Rácio de electrificação ao nível da aldeia; 3) Receitas da EDTL de Janeiro a Novembro de 2023; 4) Planos e orçamento para 2024, juntamente com orçamento adicional e sua justificação.

III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

III.I. CONCLUSÕES

Considerando a análise à Proposta de Lei n.º 4/VI/(1ª) - Orçamento Geral do Estado para 2024, bem como o resultado das audiências públicas efetuadas com os ministérios e as demais entidades envolvidas, a Comissão de Infraestruturas apresenta as seguintes conclusões:

1. O Governo apresentou a proposta do Orçamento Geral do Estado para o ano financeiro de 2024 (OGE 2024), na qual propõe, uma despesa total de 2.237,6 milhões de dólares, divididos em dotações para a Administração Central de 1.830 milhões de dólares, RAEOA de 60 milhões de dólares e Segurança Social de 347,6 milhões de dólares;
2. Sendo que a distribuição do orçamento da Administração Central por classificação económica é a seguinte: salários e vencimentos de 453,86 milhões de dólares, Bens e Serviços Correntes de 365,31 milhões de dólares, Capital Menor de 33,85 milhões de dólares, Capital de Desenvolvimento de 394,50 milhões de dólares e Transferências de 582,48 milhões de dólares;
3. Quanto às receitas do Sector Público Administrativo, estas ascendem a US$ 2.257.911.150 (enquanto as despesas desse Sector ascendem a US$ 2.237.618.655), sendo que as receitas do subsector da Administração Central ascendem a US$ 1.830.000.000 (e as despesas ascendem a US$ 1.830.000.000);
4. Para o subsector da Segurança Social, as receitas ascendem a US$ 347.618.655 (e as despesas ascendem a US$ 347.618.655), sendo que as receitas do subsector da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno ascendem a US$ 80.292.495 (ascendendo as despesas a US$ 60.000.000);
5. Constata-se, assim, uma diminuição de 8,3% face ao montante total inscrito no Orçamento Geral do Estado para o ano de 2023 (OGE 2023);
6. Porém, a Administração Central, face ao mesmo ano, apresenta um aumento de 1,7% (mais de 30 milhões de dólares), enquanto a RAEOA apresenta uma diminuição de 50% (menos

60 milhões de dólares) e a segurança social aumenta 8,1% (aumentou 19,1 milhões de dólares);

7. No que se refere às fontes de receita e financiamento do orçamento em 2024, estas provêm das receitas domésticas de 192,24 milhões de dólares e do RSE (Rendimento Sustentável Estimado) de 522,09 milhões de dólares;
8. Como as receitas domésticas não são suficientes para financiar o orçamento, com um défice orçamental de 1.115,67 milhões de dólares, o financiamento desse défice orçamental provém do saldo do tesouro de 220 milhões de dólares, empréstimos de 25 milhões de dólares, apoio orçamental direto de 15,22 milhões de dólares, e levantamentos do fundo petrolífero de 855,44 milhões de dólares;
9. Em relação à situação específica das entidades auscultadas em sede de audiências públicas da Comissão E (MOP, MTC, MPIE, ANC I.P., AACTL I.P, ADN I.P, IGEADI I.P., APORTIL I.P., TIC TIMOR I.P. BTL E.P, EDTL E.P, e RAEOA), constata-se que o leque desses ministérios, agências, institutos e empresas públicas, no ano de 2023 tiveram um orçamento que, em conjunto, totalizaram um montante de US$ 351.492.860,37;
10. No entanto, essas mesmas entidades totalizam, no orçamento de 2024, o montante de US$ 473.678.537, havendo, assim, um incremento de US$ 122.185.676,63, relativamente ao ano anterior;
11. O MOP, a ANC I.P., a EDTL E.P e a ADN, I.P. apresentam um incremento nas respetivas dotações orçamentais em sede de proposta do OGE 2024;
12. Porém, o MTC, o MPIE, a AACTL I.P, BTL E.P, o IGEADI, I.P., a APORTIL, I.P., a TIC TIMOR, I.P. e a RAEOA apresentam uma diminuição nas respetivas dotações orçamentais em sede de proposta OGE 2024, comparativamente ao orçamento de 2023;
13. No que se refere à execução orçamental em sede de OGE 2023 constata-se que, enquanto o IGEADI I.P., o MOP, a ANC I.P, a AACTL I.P, o MTC apresentam uma execução de 88,2%, 83,5%, 75,7%, 71,3%, e de 70,5%, respetivamente, a ADN I.P, apresenta uma execução de 68,7%, o MPIE, apresenta uma execução de 61,5%, mas a APORTIL, I.P., já apresenta uma execução mais baixa, de 57,5%, bem como a TIC TIMOR, I.P. com uma execução de 54,1%. A RAEOA apresenta uma execução de 59%;

14. Assim, com base nestes dados, constata-se que as entidades acima referidas, independentemente do valor do orçamento que lhes foi atribuído, tiveram todas uma execução orçamental superior a 50%, porém, não se pode considerar, em relação às que ficaram próximas ao marco dos 50%, que se tratou de uma execução satisfatória, pelo que devem ser criadas melhores condições para conseguir uma melhor execução orçamental ou ajustar as respetivas propostas orçamentais às suas reais capacidades de execução.

III.II. RECOMENDAÇÕES

Em consideração ao supra exposto, a Comissão de Infraestruturas apresenta as seguintes recomendações:

Ao Governo:

1. Proceder a uma avaliação real e objetiva das condições efetivas para a concretização dos objetivos de desenvolvimento nacional melhor identificados nas GOP e na proposta OGE 2024;
2. Considerar a real e efetiva capacidade de captação de receitas não petrolíferas dos ministérios, institutos e empresas públicas alvo deste relatório parecer sectorial, na definição do teto orçamental para o OGE 2025;
3. Implementar políticas relacionadas com a inclusão e habitação social;
4. Aprovar um plano territorial nacional e de um plano territorial municipal, criando um quadro jurídico para regular as questões urbanísticas previstas nesses planos;
5. Criar um sistema IT integrado de modo a melhor responder às solicitações da população no que concerne à emissão de passaporte e, ainda, unificar o B.I. e o cartão de eleitoral através da criação de um Cartão Único de Identidade;
6. Criar um sistema de Balcão Único de forma a haver maior celeridade na obtenção de documentos (certidões e registos em geral);
7. Criar condições de realizar um controlo rigoroso da qualidade dos projetos, bem como da execução das obras, financiados por empréstimo através de organismos externos;
8. Resolver a questão do pagamento dos salários dos funcionários da empresa Segurança Lorosae que prestam serviço nas centrais eléctricas;
9. Aumentar o orçamento a do IGEAID em mais US$ 600,000, de forma a criar mecanismos para atender às necessidades urgentes das comunidades em casos de desastres ou calamidades naturais e investir na formação de técnicos para dar respostas

nessas situações.

Ao Ministério das Obras Públicas (MOP):

10. Identificar e implementar mecanismos de aquisição de receitas alternativas para o Ministério através de promulgação de legislação necessária para o efeito;
11. Criar planos de construção de novas infraestruturas em obediência aos melhores critérios de sustentabilidade futura e proteção ambiental;
12. Retirar US$ 25 milhões do orçamento do Fundo de Infraestruturas atribuindo-o ao MOP, para a resolução urgente da questão das estradas e pontes de forma a prevenir as consequências causadas pelas calamidades;
13. Unificar os serviços laboratoriais da ADN e MOP, por forma a potenciar a qualidade do serviço prestado;
14. Ou, em alternativa, proceder-se com regularidade à inspeção e calibração das máquinas laboratoriais, evitando resultados menos precisos e divergentes entre os dois laboratórios;
15. Estabelecer um tarifário único para aplicação pelos serviços laboratoriais a prestar, visando o incremento de receitas;
16. Elaborar planos de construção de novas infraestruturas em obediência às melhores práticas relacionadas com a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência física ou motora;
17. Melhorar a qualidade das obras públicas com intervenção mais assertiva em todas as fases do ciclo dos projetos, designadamente no planeamento, estudos, projetos, contratação pública, construção, manutenção e termo da atividade;
18. Regularizar os projetos de emergência que ainda se encontram em fase de implementação, regularizando a celebração de contratos e pagamentos;
19. Promover de politicas geradoras de emprego;
20. Simplificar o processo de aprovisionamento, criar de um novo sistema de pagamento,

reduzindo burocracias e assim evitar prejuízos aos parceiros do sector privado e, consequentemente, o acréscimo de dificuldades na execução dos projetos;

21. Aquirir materiais de construção a preços que se considerem dentro dos padrõesde mercado atuais;
22. Investir na contratação de especialistas para identificar os problemas e dar formação para todo o pessoal técnico;
23. Investir numa melhor fiscalização técnica e política das construções de estradas, pontes e outras obras do governo;
24. Melhorar os mecanismos de financiamento das empresas e institutos públicos;
25. Encontrar solução para proceder ao pagamento dos 44 projetos com problemas legais;
26. Implementar politicas que promovam a utilização de energias renováveis.

Ao Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE):

27. Coordenar com o MPO e demais linhas ministeriais relativamente a projetos de infraestruturas em curso ou, ainda, em fase de planeamento ou adjudicação;
28. Realizar estudos, planear e conceber novas infraestruturas em obediência à legislaçãoe melhores práticas internacionais relacionadas com a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência física ou motora;
29. Prestar particular cuidado e rigor no planeamento estratégico e ordenamento territorial, comespecial enfoque na cidade de Díli, assegurando, ainda, a efetiva coordenação de estratégias de curto, médio e longo prazo visando o desenvolvimento económico e social do país de forma sustentável;
30. Encontrar solução para travar o crescimento desordenado e a construção ilegal em Díli e demais municípios;
31. Criar um sistema eficaz de licenciamento e fiscalização de construções;
32. Investir na formação e atribuição de bolsas de estudo para técnicos dessa área;
33. Prever orçamento para lidar com os impactos causados por desastres e calamiades

naturais, devido às alterações climáticas em curso;

34. Elaborar legislação especifica relacionada com o planeamento e ordenamento do território;
35. Impulsionar celeridade no processo de regularização dos projetos de infraestruturas em curso oujá implementados e, ainda, sem contrato celebrado.

Ao Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC):

36. Incrementar e diversificar os canais de receitas próprias, criando, para tal, regulamentação necessária para a implementação dos diplomas legais em vigor;
37. Regular e implementar um serviço de transporte público capaz de dar resposta às reais necessidades de todos os consumidores (idosos e pessoas portadoras de deficiência física e motora).

À Agência de Tecnologias de Informação e Comunicação, I.P. (TIC TIMOR):

38. Estabelecer mecanismos de segurança no âmbito do sector das TIC, nomeadamente no que se refere à cibersegurança;
39. Criar um novo Data Center propício ao desenvolvimento da informatização no país;
40. Recrutar técnicos especialistas e investir na formação dos técnicos para as áreas específicas de informática;
41. Apoiar na criação e implementação de balcão único por forma a permitir o estabelecimento da governação eletrónica.

À Administração dos Portos de Timor-Leste (APORTIL, I.P.):

42. Realizar estudo de viabilidade para portos de caravelas;
43. Realizar estudo, planear e construir infraestrutura portuária especificamente afeta à manutenção e reparação de embarcações (Doca);

44. Criar programas de formação e capacitação dos técnicos da área;

45. Solucionar os problemas com as certificações portuárias;

46. Proceder à atualização dos instrumentos legais;

47. Prestar particular cuidado na proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência física ou motora com adoção das melhores práticas sobre a temática;

48. Proceder à reabilitação do edifício do Porto de Díli;

49. Desenvolver estudos com vista à edificação do terminal de passageiros de Díli.

À Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste (AACTL, I.P.):

50. Resolver a questão de certificação do Aeroporto Nicolau Lobato e do Aeroporto de Suai;

51. Criar condições que permitam aumentar a frota de aviões no país;

52. Diversificar e incrementar canais de obtenção de receitas próprias, estabelecendo o enquadramento legal que possibilite a sua cobrança.

À Autoridade Nacional de Comunicações (ANC):

53. Criar mecanismos que garantam condições de segurança (nomeadamente de cibersegurança) das comunicações;

54. Resolver a questão do licenciamento dos operadores;

55. Proceder à atualização da legislação sobre a matéria;

56. Resolver o problema de acesso e qualidade da Internet em todo o território nacional.

Ao Instituto de Gestão de Equipamento e Apoio ao Desenvolvimento de Infraestruturas (IGEADI):

57. Investir na capacitação do técnicos responsáveis pela manutenção e operação das

Ao Instituto de Gestão de Equipamento e Apoio ao Desenvolvimento de Infraestruturas (IGEADI):

57. Investir na capacitação do técnicos responsáveis pela manutenção e operação das máquinas.

À Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN):

58. Recrutar técnicos qualificados para permitir um melhor desempenho da instituição, nomeadamente no âmbito de supervisão, fiscalização e certificação de qualidade dos projetos;
59. Unificar os serviços laboratoriais da ADN e do MOP, por forma a potenciar o serviço prestado;
60. Prever um tarifário único para aplicação aos serviços laboratoriais prestados (a desenvolver com o MOP), visando o incremento das receitas a cobrar.

À Eletricidade de Timor-Leste (EDTL, E.P.):

61. Verificar e resolver a questão relativa à ausência de serviço de fornecimento de eletricidade que subsiste em alguns Sucos e Aldeias bem como a possibilidade de implementar recursos energéticos renováveis nas áreas rurais e mais remotas;
62. Realizar investimento a nível das subestações de eletricidade, de modo a dar maior sustentabilidade a nível da energia;
63. Implementar mecanismos de verificação, monitorização e regularização de ligações ilegais ao serviço de fornecimento de eletricidade;
64. Adotar procedimentos que resultem na melhoria nos sistemas de abastecimento de água potável e drenagem;
65. Resolver, a curto prazo, a questão relativa à ausência de abastecimento de água que

afeta a população em zonas carênciadas e de difícil acesso;

66. Proceder à informatização do sistema de controlo dos postos de transformação de energia, de modo a se identificar e resolver os problemas com maior celeridade os casos de cortes de electricidade.

À Bee Timor-Leste (BTL, E.P.):

67. Melhorar o sistema de captação de àgua e sua posterior distribuição;
68. Desenvolver ações de formação técnica aos funcionários, considerando a elevada especialidade e tecnicidade dos serviços prestados;
69. Mobilizar meios necessários para resolver o problema de água no posto administrativo de Maucatar;
70. Controlar a abertura de furos de àgua (poços), por forma a evitar a sua contaminação;
71. Estabelecer mecanismos eficazes de análise da qualidade da água.

À Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (ANATL,E.P.):

72. Diversificar as fontes de receitas através da melhoria nas infraestruturas dos aeroportos do país, bem como a implementação de legislação em falta que possibilite a respetiva cobrança;
73. Criar infraestruturas que possibilitem a realização de atendimento de emergência nos casos de eventuais acontecimentos inesperados que possam ocorrer nos aeroportos do país.

IV. PARECER DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURAS

Face a tudo o exposto, a Comissão de Infraestruturas é, assim, de parecer que a PPL nº4/VI/(1ª) – Orçamento Geral do Estado para 2024, cumpre, na generalidade, os requisitos formais, constitucionais, legais e regimentais e se encontra, assim, em condições de ser apreciada em Plenário.

V. APROVAÇÃO DO PARECER SECTORIAL

O Parecer Sectorial da Comissão de Infraestruturas foi discutido e foi aprovado na reunião do dia 11 de dezembro de 2023, tendo a sua votação obtido o seguinte resultado: 6 (Seis) Votos a favor; 0 Votos contra e 2 (duas) abstenções.

Parlamento Nacional, 11 de dezembro de 2023.

O Relator,

Irene Gonzaga Sarmento

O Presidente da Comissão,

Marcos Xavier